



TRIBUNAL DE CONTAS DE RORAIMA
Rua Agnelo Bittencourt nº 126, - Bairro Centro, Boa Vista/RR, CEP 69301-430
Telefone: (95) 2121-4444 - <http://www.tcerr.tc.br>

EDITAL Nº 003/2026

Processo nº 001623/2026

LICITAÇÃO Nº 003/2026- PREGÃO ELETRÔNICO

O Tribunal de Contas do Estado de Roraima, por intermédio da Comissão de Contratação, nomeada pela portaria nº 1047/2025/TCERR, torna público que **REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA**, nos termos da Lei N.º 14.133/2021, Resolução nº 021/2023-TCERR-PLENO, Resolução nº 002/2024 - TCERR-PLENO e demais legislações aplicáveis e pelas condições e exigências constantes do presente Edital e em conformidade com a autorização contida no Processo SEI nº 001623/2026.

OBJETO:

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA, MEDIANTE A DISPONIBILIZAÇÃO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE CONTROLE DE ACESSO DE PESSOAS E VEÍCULOS E DE VIDEOMONITORAMENTO, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO, EM REGIME DE COMODATO, DE CATRACAS ELETRÔNICAS, CONTROLADORES DE ACESSO, SISTEMA DE CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO (CFTV) E PORTÃO ELETRÔNICO, INCLUINDO EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE CONSUMO E LICENÇAS DE USO DE SOFTWARES DE GERENCIAMENTO, BEM COMO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, INTEGRAÇÃO, TESTES, OPERAÇÃO ASSISTIDA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, SUPORTE TÉCNICO E ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA, VISANDO ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO E ADEQUADO DA SOLUÇÃO EM TODOS OS PRÉDIOS PERTENCENTES AO TRIBUNAL DE CONTAS DE RORAIMA.**

A licitação será por **ITEM**, conforme tabela constante do item 4 - Anexo I - Termo de Referência.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

Abertura da sessão: **08/06/2026 às 10h00min (horário de BRASÍLIA/DF)**

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Código UASG: 925458

E-mail: cpl@tcerr.tc.br

NOME INSTITUCIONAL: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RORAIMA - CNPJ nº 84.008.440/0001-85.

Fazem parte integrante deste EDITAL, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Modelo de apresentação da proposta de preços;

ANEXO III – Modelo de declaração de inexistência de práticas de nepotismo;

1. PREÂMBULO

1.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, e será aberta automaticamente pelo sistema eletrônico (comunicação pela Internet), dirigida pelo Pregoeiro, a ser realizada conforme indicado a seguir, de acordo com a legislação referida no preâmbulo deste Edital. Todas as referências de tempo neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o **horário de Brasília/DF** e, desta forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

1.2. As propostas deverão ser enviadas a partir da data de início do acolhimento no sistema eletrônico até o horário limite da abertura da sessão.

1.3. Eventualmente, não havendo expediente na data marcada, ficará a reunião adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro(a) em contrário.

1.4. Este edital será publicado na forma da lei e estará à disposição dos interessados, pela internet, nos endereços <https://www.gov.br/compras/pt-br> e www.tcerr.tc.br (menu “LICITAÇÕES”), no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e poderá ser obtido, ainda, sem ônus, junto ao Pregoeiro ou à Equipe de apoio, em mídia digital, no Edifício sede do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, sito na Rua Professor Agnelo Bittencourt, 126 – Centro, Boa Vista/Roraima, térreo, Comissão Permanente de Licitação - CPL, no horário de 8h 30min às 14h 30min (horário de Brasília/DF), devendo aos interessados a entrega do CD-R ou *pen-drive* para que seja providenciada a gravação.

1.5. As **PLANTAS (Projetos Executivos)**, abaixo relacionados, poderão ser obtidas sem ônus, junto ao Pregoeiro ou à Equipe de apoio, **em mídia digital**, no Edifício sede do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, sito na Rua Professor Agnelo Bittencourt, 126 – Centro, Boa Vista/Roraima, térreo, Comissão Permanente de Licitação - CPL, no horário de 8h 30min às 14h 30min (horário de Brasília/DF), devendo aos interessados a entrega do CD-R ou *pen-drive* para que seja providenciada a gravação:

1. **Planta 1/3** - Prédio Sede Administrativa - Térreo e 1º Piso;
2. **Planta 2/3** - Prédio TCERR e CARTÓRIO/DIPLE - Térreo e 1º Piso;
3. **Planta 3/3** - Controle Externo e Presidência.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. A despesa decorrente da presente contratação correrá por conta da seguinte dotação:

- **Unidade Gestora:** Tribunal de Contas do Estado de Roraima.
- **Projeto de Trabalho:** 01.032.002.2012.9900.
- **Fonte (s):** 1500.
- **Natureza da Despesa:** 3.3.90-39 - Outros Serviços de Terceiros PJ.

3. DO PREÇO MÁXIMO

3.1. O preço estimado é valor obtido por método matemático aplicado em série de preços coletados, desconsiderando-se, na sua composição, os valores inexequíveis e os excessivamente elevados, de acordo com o que dispõe o inciso X da Resolução nº 017/2023-TCERR-PLENO.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

4.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder,

imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TCERR, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. Não poderão disputar esta licitação:

4.5.1. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar em decorrência de sanção que lhe foi imposta, no âmbito da sanção;

4.5.2. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

4.5.3. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

4.5.4. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4.5.4.1. O impedimento de que trata o item 4.5.1., será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.5.5. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.6. empresas em processo de falência;

4.5.7. empresas estrangeiras não autorizadas a funcionar no país.

4.5.8. As sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

5. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma prevista no edital de licitação.

5.2. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

5.3. A resposta ao pedido de esclarecimento não deve ser utilizada para fins de retificar os termos do edital e/ou seus anexos no curso do procedimento, devendo, nesse caso, ser avaliada criteriosamente pelo Pregoeiro, se a questão levantada pelo interessado tem força de alterar cláusula editalícia que afete a formulação das propostas das licitantes, em especial quando a resposta for subsidiada pela manifestação de unidade técnica, observando-se o contido §1º do art. 55 da Lei 14.133/2021.

5.4. Na análise da impugnação, o Pregoeiro tem o dever de diligenciar, especialmente quando for apontada cláusula editalícia restritiva da competitividade, devendo realizar a revisão criteriosa do instrumento convocatório, ainda que a impugnação não seja tempestiva.

5.5. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

5.6. Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados no art. 16 da Resolução nº 021/2023 TCERR-PLENO.

5.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e as impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico do TCERR

e no sistema, dentro do prazo estabelecido no item 5.1. e vincularão os participantes e o Tribunal de Contas do Estado de Roraima.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. Após a divulgação do edital de licitação, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta de preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.2.1. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital de licitação e que está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo, e ainda, as declarações abaixo:

6.2.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.2.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.2.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.3. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.4. A falsidade da declarações de que trata o item 6.2.1, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

6.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances

6.9. Quando do cadastramento da proposta, na forma estabelecida no item 6.1. o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo e obedecerá às seguintes regras:

6.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

6.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o item 6.10.1.

6.10. O valor final mínimo de que trata o item 6.9. poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

6.11. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 6.9. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o promotor da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de Controle Externo e Interno.

6.12 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.12.1 Valor total do contrato de acordo com o prazo de vigência, conforme Anexo I - Termo de Referência.

6.12.2. Descrição do objeto, contendo as informações conforme as especificação constantes do Anexo I -

Termo de Referência, em conformidade com o ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços.

6.12.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.13. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.14. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.15. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.16. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.17. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.18. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.19. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência, considerando o critério de menor preço.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS.

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, sendo vedada outra forma de comunicação.

8. DO MODO DE DISPUTA E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. Iniciada a etapa competitiva, observado o modo de disputa adotado neste Edital, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor total global, conforme prazo de vigência disposto no Anexo I - Termo de Referência.

8.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

8.6. O modo de **disputa "aberto"**, a etapa de envio de lances durará **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **2 (dois) minutos** do período de duração desta etapa.

8.6.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item 8.6., será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

8.6.2. Após a etapa de que trata o item 8.6.1., o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.6.3. No procedimento de que trata o item 8.6.2., o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.6.4. Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições de que trata o item 8.6.2., os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo, observado o disposto no item 8.6.3.

8.6.5. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 8.6.2. e 8.6.4, os lances serão ordenados pelo sistema e divulgados da seguinte forma:

a) ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; ou

b) ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

8.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.8. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.9. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.10. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro, persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro, aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.11. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.12. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

8.12.1 A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor máximo para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

8.12.2 Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.13. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

8.14. A empresa convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

8.15. Não ocorrendo adjudicação, nos termos previstos no subitem 8.16, o objeto licitado será adjudicado em favor da licitante detentora da proposta originalmente melhor classificada, se houver compatibilidade de preço com o valor de referência e a licitante for considerada habilitada

8.16. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances);

8.17. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.18. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos no item 8.17., a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto do certame e, observado o disposto no art. 33 da Resolução nº 021/2023-TCERR-PLENO, à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação, conforme definido no edital.

9.2. Desde que previsto no edital, o Pregoeiro, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizará análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse do Tribunal de Contas do Estado de Roraima de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no Termo de Referência ou no Projeto Básico.

9.3. O Pregoeiro solicitará envio da proposta de preços (**MODELO DO ANEXO II**), e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado, no prazo **máximo de 3 (três) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação.

9.3.1. A prorrogação de que trata o item anterior, poderá ocorrer nas seguintes situações:

I - por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou

II - de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade de que trata o item 9.1.

9.4. O Pregoeiro poderá requerer auxílio técnico do demandante ou de unidade técnica para fins de análise de conformidade das especificações contidas na proposta selecionada com as especificações do objeto pretendido.

9.5. Na hipótese da proposta de o primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

9.5.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.5.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação estabelecida no §2º do art. 21 da Resolução nº 021/2023-TCERR-PLENO, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no art. 27 da Resolução nº 021/2023-TCERR-PLENO.

9.5.3. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

9.6. Caso a proposta do licitante vencedor não atenda ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora.

9.7. É indício de inexecuibilidade as propostas de valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo Tribunal de Contas do Estado de Roraima.

9.7.1 A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro que comprove:

I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.7.2. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.8. Encerrada a fase de julgamento, após a verificação de conformidade da proposta, o Pregoeiro verificará a documentação de habilitação do licitante conforme disposições contidas neste edital de licitação, observado o disposto no item 10 deste edital.

9.9. Encerrada a fase de julgamento da proposta, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

9.10. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

9.11. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.12. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.13. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 6.3. deste edital.

9.14. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.15. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.15.1. conter vícios insanáveis;

9.15.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Anexo I - Termo de Referência;

9.15.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.15.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.15.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.15.6. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.15.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

9.15.7.1. O ajuste de que trata o item acima, se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.15.8. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.15.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto

9.15.10. O Pregoeiro, poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, observado o disposto no art. 55 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

9.15.11. Cabe ao Pregoeiro indicar de forma clara e objetiva as inconsistências sanáveis na proposta e/ou planilhas apresentadas pelo licitante, sem alteração do valor declarado vencedor.

9.15.12. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 9.15.10, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Para habilitação dos licitantes, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, desde que previsto no edital de licitação, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

10.2. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF e da documentação complementar especificada neste Edital.

10.3. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, serão enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

10.4. As licitantes deverão apresentar a seguinte documentação complementar:

10.4.1. Habilitação Jurídica:

10.4.1.1. Empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.4.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da sua autenticidade;

10.4.1.3. Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.4.1.4. Sociedade Empresária Estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;

10.4.1.5. Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.4.1.6. Filial, Sucursal ou Agência de Sociedade Simples ou Empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.4.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

10.4.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

10.4.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão conjunta federal expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

10.4.2.3. Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.4.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.4.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.4.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.4.2.7. Declaração de Inexistência de Trabalho Infantil, em cumprimento do inciso XXXIII, da Constituição Federal.

10.4.2.8. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz

10.4.2.9. Caso a licitante seja considerada isenta dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto da contratação, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual ou Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.4.2.10. O fornecedor ou prestador enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, uma vez que o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado.

10.4.3. Qualificação Econômico-Financeira:

10.4.3.1. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

10.4.3.2. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais** e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

a) *Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);*

b) *Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e*

c) *Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).*

10.4.3.3. Comprovar **Patrimônio Líquido (PL)** igual ou superior a **5%** do valor estimado da contratação. A exigência encontra fundamento no art. 69 da Lei nº 14.133/2021 e no Acórdão nº 2.724/2025-Plenário do Tribunal de Contas da União, considerando os riscos inerentes à execução continuada dos serviços, o fornecimento de equipamentos em regime de comodato e a necessidade de capacidade operacional e financeira mínima para assegurar a continuidade e a estabilidade da solução contratada.

10.4.3.4. Empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, nos termos do art. 65, §1º, da Lei 14.133/2021.

10.4.3.5. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao **último exercício** no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há **menos de 2 anos**.

10.4.3.6. Os documentos acima referenciados deverão ser exigidos com base no limite definido pela **Receita Federal do Brasil** para transmissão da **Escrituração Contábil Digital - ECD** ao **SPED**.

10.4.3.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

10.4.4. Qualificação Técnico-Operacional:

10.4.4.1. A licitante deverá apresentar **atestado(s) de capacidade técnica** ou **documento(s) equivalente(s)**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto da contratação, consistentes na **implantação e manutenção de sistemas de Circuito Fechado de Televisão (CFTV)**, com quantitativo mínimo de **20 câmeras**, correspondente a menos de 50% da parcela considerada relevante da composição do objeto, pelo período mínimo de **12 meses**, admitida a comprovação de experiência por meio de **solução integrada de segurança eletrônica**.

10.4.4.1.1. Consideram-se aptos a satisfazer a exigência, a título exemplificativo e não exaustivo, contratos que envolvam implantação, manutenção e suporte de soluções de segurança eletrônica, tais como sistemas de videomonitoramento (CFTV), controle de acesso por catracas eletrônicas, controladores de acesso, reconhecimento facial e soluções correlatas, executados em órgãos públicos ou privados com múltiplos pontos de acesso e monitoramento.

10.4.4.1.2. A definição do **sistema de videomonitoramento (CFTV)** como **parcela de maior relevância técnica do objeto** decorre da predominância da infraestrutura associada à captura, processamento e armazenamento contínuo de imagens, envolvendo maior volume de equipamentos (câmeras, switches, NVRs, TVs, racks), tráfego de dados, capacidade de retenção de gravações, requisitos de disponibilidade e criticidade operacional, constituindo o principal componente tecnológico da solução integrada de segurança eletrônica pretendida.

10.4.4.1.3. Para fins de atingimento do **quantitativo mínimo** referido no **subitem anterior**, será admitida a **solução integrada de segurança eletrônica** composta, predominantemente, por *câmeras de videomonitoramento* e dispositivos de controle de acesso, tais como *catracas eletrônicas* e *controladores de acesso*, desde que inseridos em solução integrada e com operação continuada pelo período exigido.

10.4.4.1.4. A equivalência de **quantitativo mínimo** indicada no item anterior será aferida pela **quantidade total de dispositivos** efetivamente implantados e operados em número não inferior a **20 dispositivos**, admitida a combinação entre câmeras (quantidade predominante) e dispositivos de controle de acesso, desde que comprovada a execução de solução integrada. Para fins de referência, consideram-se equivalentes, a título exemplificativo e não exaustivo: *14 câmeras e 6 catracas; ou 12 câmeras, 4 controladores e 4 catracas; ou 15 câmeras, 3 controladores e 2 catracas.*

10.4.4.1.5. Será admitida a **somatória de atestados** para fins de comprovação da capacidade técnica,

desde que demonstrem o atendimento aos requisitos de quantitativo mínimo e de prazo exigidos. Para fins de aferição do tempo de experiência, os períodos relativos a contratos executados de forma concomitante serão computados uma única vez, vedada a contagem em duplicidade de períodos coincidentes, ainda que decorrentes de contratos distintos.

10.4.4.1.6. Entende-se como **documento equivalente** mencionado no **item 24.4.1**, para fins de comprovação da capacidade técnica, aquele que contenha informações suficientes para evidenciar a execução satisfatória dos serviços exigidos.

10.4.4.1.7. O Contratante poderá realizar diligências para verificar a veracidade das informações constantes nos atestados apresentados, nos termos da legislação vigente.

10.4.4.1.8. A exigência de **quantitativo mínimo** e de **prazo de experiência** fundamenta-se na complexidade e na natureza continuada do objeto, que envolve a implantação, integração e manutenção de solução de CFTV e controle de acesso (catracas e controladores) em múltiplas unidades prediais do Contratante.

10.4.4.1.9. O **quantitativo** exigido e a comprovação de **experiência mínima** pelo período de **12 meses** visam assegurar que a licitante possua **capacidade técnico-operacional** compatível com a execução continuada da solução contratada, demonstrando aptidão para:

- a) Gerenciar solução integrada de segurança eletrônica distribuída em múltiplas unidades prediais, com diversos pontos de acesso e monitoramento;
- b) Implantar, integrar e manter sistemas de videomonitoramento (CFTV) e controle de acesso, assegurando funcionamento coordenado, estável e seguro;
- c) Garantir a operação contínua dos sistemas, com níveis adequados de disponibilidade, desempenho e confiabilidade operacional;
- d) Executar serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo substituição de equipamentos, ajustes de configuração, atualização tecnológica e tratamento de falhas;
- e) Prestar suporte técnico continuado, com atendimento e resolução de incidentes ao longo da execução contratual;
- f) Gerenciar infraestrutura associada à captura, processamento e armazenamento contínuo de imagens e dados gerados pela solução contratada.

10.4.5. A habilitação da licitante poderá ser comprovada por meio do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF), nos documentos por ele abrangidos.

10.5. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

III - suprir ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante.

10.6. Na hipótese de que trata o item 10.4, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo **máximo de 3 (três) horas**, após solicitação do Pregoeiro, no sistema eletrônico prorrogável por igual período, nas situações elencadas:

I - por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou

II - de ofício, a critério do Pregoeiro quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade de que trata o *caput do art. 28*.

10.7. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.8. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, na forma estabelecida no Capítulo XI da Resolução nº 021/2023-TCERR-PLENO.

10.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação, observado o item 9.3. do edital.

10.10. Os documentos de habilitação deverão estar atualizados até a data da solicitação do Pregoeiro, após a fase

de julgamento das propostas, apenas do licitante vencedor, conforme disposto no caput do art. 28 da Resolução nº 021/2023-TCERR-PLENO

10.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos os procedimentos de que trata o item 10.8. do Edital.

10.12. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte será exigida nos termos da legislação pertinente.

10.13 Para comprovação da inexistência de **práticas de nepotismo**, o licitante deverá apresentar, declaração de que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Contratante ou com servidor que desempenhe função no procedimento licitatório ou na contratação direta, bem como atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme **MODELO do ANEXO III, deste Edital**.

11. RECURSOS

11.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo de 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.1.1. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no §1º do art. 7º da Resolução nº 021/2023-TCERR-PLENO, da ata de julgamento.

11.1.2. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

11.2. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

11.4. Em hipótese alguma haverá rejeição sumária das razões de recursos, competindo ao Agente de Contratação apenas a análise dos pressupostos recursais antes do seu regular prosseguimento.

12. DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

12.1.1. determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

12.1.2. revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

12.1.3. proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

12.1.4. adjudicar o objeto e homologar a licitação.

12.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

12.2.1. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

12.2.2. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

13. DA CONVOCAÇÃO DO VENCEDOR

13.1. Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 03 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

13.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo Tribunal de Contas do Estado de Roraima.

13.1.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

13.1.3. Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 13.1.2, o Tribunal de Contas do Estado de Roraima, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

13.1.3.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

13.1.3.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.1.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido no instrumento convocatório caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia da proposta em favor do Tribunal de Contas do Estado de Roraima.

13.1.5. A regra do do item 13.1.4, não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do subitem 13.1.3.1.

14. DA SANÇÃO ADMINISTRATIVA

14.1. O licitante será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

14.1.2. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

14.1.5. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.

14.2. A sanção de **MULTA** será aplicada ao responsável, tomando como base o valor do contrato licitado, nas infrações administrativas abaixo relacionadas:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

Multa: 10% (dez por cento).

c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

Multa: 15% (quinze por cento).

d) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

e) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

g) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.

Multa: 20% (vinte por cento).

14.3. Será aplicada a sanção de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** com o Tribunal de Contas do Estado de Roraima pelo prazo máximo de 3 (três) anos quando não se justificar a imposição de penalidade mais

grave, no caso de cometimento das infrações previstas nos subitens 14.1.1 e 14.1.2 (Pena: 6 (seis) meses, contados da publicação do extrato da sanção no Diário Eletrônico do TCERR.) e subitem 14.1.3 (Pena: 2 (dois) anos, contados da publicação do extrato da sanção no Diário Eletrônico do TCERR).

14.4. Será aplicada a sanção de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** que impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, no caso de cometimento das sanções previstas nos subitens 14.1.4 e 14.1.5 (Pena: 3 (três) anos, contados da publicação do extrato da sanção no Diário Eletrônico do TCERR) e subitens 14.1.6., 14.1.7. e 14.1.8 (Pena: 6 (seis) anos, contados da publicação do extrato da sanção no Diário Eletrônico do TCERR).

14.5. Será aplicada a sanção de **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso de cometimento de qualquer das infrações indicadas no item 14.1, pelo prazo de 3 (três) anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

15.1. A Contratada deverá empregar, na execução do serviço, equipamentos e soluções tecnológicas com eficiência energética compatível com padrões reconhecidos de mercado, priorizando, sempre que possível, dispositivos com menor consumo de energia elétrica.

15.2. A Contratada deverá adotar práticas de uso racional de recursos, evitando desperdícios de materiais, insumos e energia durante a instalação, operação e manutenção dos sistemas.

15.3. A Contratada será responsável pela coleta, substituição e destinação ambientalmente adequada de equipamentos, componentes e resíduos eletroeletrônicos eventualmente gerados ao longo da execução contratual, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

15.4. No regime de comodato, a Contratada deverá assegurar o reaproveitamento, a substituição ou o descarte ambientalmente correto dos equipamentos inservíveis, não sendo permitido o abandono ou descarte inadequado de resíduos nas dependências do órgão.

15.5. A Contratada deverá, sempre que tecnicamente viável, priorizar o aproveitamento da infraestrutura existente, minimizando intervenções físicas, obras e alterações estruturais que possam gerar impactos ambientais desnecessários.

15.6. A Contratada deverá observar as normas ambientais aplicáveis e as boas práticas de sustentabilidade reconhecidas no mercado, responsabilizando-se por eventuais danos ambientais decorrentes da execução do contrato.

15.7. O cumprimento das obrigações de sustentabilidade constituirá condição de execução contratual, devendo ser acompanhado pela fiscalização do contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em caso de descumprimento.

16. VISTORIA TÉCNICA

16.1. Os locais onde serão prestados os serviços poderão ser vistoriados, a critério das licitantes, com antecedência mínima de **1 dia útil** da sessão pública, devendo-se proceder o agendamento tempestivo da visita junto à **Divisão de Engenharia**, por meio dos contatos: **(95) 2121-4455** ou e-mail: **dieng@tcerr.tc.br**.

16.2. A vistoria deverá ocorrer no horário compreendido de **7:30 às 13:00 horas**, em **dias úteis**.

16.3. Para as licitantes que realizarem a vistoria será entregue o **ATESTADO DE VISTORIA**, para fins de habilitação.

16.4. Caso a licitante vencedora não tenha realizado a visita técnica deverá apresentar, em substituição ao atestado de vistoria, a **DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA TÉCNICA** assinada pelo representante legal, conforme modelo contido no **Anexo I - Termo de Referência**, deste Edital.

16.5. Alerta-se as licitantes que, embora facultativa, a realização de vistoria técnica é recomendável, a fim de possibilitar o prévio conhecimento das condições dos locais de execução dos serviços, especialmente quanto à infraestrutura existente, rotas para passagem de tubulações e lançamento de cabos, características construtivas e demais condições que possam influenciar na formulação da proposta e na execução contratual, não sendo admitidas posteriormente alegações de desconhecimento para fins de alteração da proposta ou revisão contratual.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. A autoridade superior ou delegatário poderá revogar o procedimento licitatório de que trata este edital, por

motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

17.2. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

17.3. Ao pronunciar a nulidade do certame, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

17.3.1. Na hipótese da ilegalidade de que trata o 16.1, ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.4. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, não sendo aceitas alegações de desconhecimento após a inserção da proposta no sistema eletrônico.

17.5. Os horários estabelecidos no edital de licitação, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

17.6. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.9. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.12. Os casos omissos decorrentes da aplicação deste instrumento convocatório serão dirimidos pela Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira, que poderá propor normas complementares e disponibilizar informações adicionais, em meio eletrônico.

Boa Vista - RR, 20 de Maio de 2026.

AMÉLIO VALMIR MARTINI MACHADO

Diretor de Gestão Administrativa e Financeira

ANEXO I - DO EDITAL

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 001623/2026

1. OBJETO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA, MEDIANTE A DISPONIBILIZAÇÃO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE CONTROLE DE ACESSO DE PESSOAS E VEÍCULOS E DE VIDEOMONITORAMENTO, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO, EM REGIME DE COMODATO, DE CATRACAS ELETRÔNICAS, CONTROLADORES DE ACESSO, SISTEMA DE CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO (CFTV) E PORTÃO ELETRÔNICO, INCLUINDO

EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE CONSUMO E LICENÇAS DE USO DE SOFTWARES DE GERENCIAMENTO, BEM COMO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, INTEGRAÇÃO, TESTES, OPERAÇÃO ASSISTIDA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, SUPORTE TÉCNICO E ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA, VISANDO ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO E ADEQUADO DA SOLUÇÃO EM TODOS OS PRÉDIOS PERTENCENTES AO TRIBUNAL DE CONTAS DE RORAIMA.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação fundamenta-se no **Estudo Técnico Preliminar**.

2.2. O objeto da contratação não está previsto no **PCA 2026** (Processo SEI 002421/2025) por se tratar de situação superveniente.

3. NATUREZA E ENQUADRAMENTO DO OBJETO

3.1. Natureza do objeto:

Serviços e fornecimentos contínuos (art. 6º, inciso XV, da Lei 14.133/2021).

3.2. Enquadramento/Categoria do objeto:

Bens e serviços comuns (art. 6º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021).

4. DESCRIÇÃO DO OBJETO E VALORES ESTIMADOS

4.1. O objeto contempla aos serviços continuados abaixo:

Item	Descrição do Objeto	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Global R\$
1	Contratação de serviços continuados de segurança eletrônica, mediante a disponibilização de solução integrada de controle de acesso de pessoas e veículos e de videomonitoramento, compreendendo o fornecimento, em regime de comodato, de catracas eletrônicas, controladores de acesso, sistema de circuito fechado de televisão (CFTV) e portão eletrônico, incluindo equipamentos, materiais de consumo e licenças de uso de softwares de gerenciamento, bem como a execução dos serviços de instalação, configuração, integração, testes, operação assistida, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico e atualização tecnológica, visando assegurar o funcionamento contínuo e adequado da solução em todos os prédios pertencentes ao Tribunal de Contas de Roraima.	Mês	36	29.697,51	1.069.110,36

4.2. Na elaboração da **proposta de preços** a licitante deverá considerar os custos com a aquisição de todos os produtos, materiais, acessórios descritos no **item 7**, bem como custos diretos, indiretos, riscos, lucro e tributos incidentes, observando as diretrizes constantes no **item 22**, deste termo.

5. REGIME DE EXECUÇÃO

O objeto do presente termo será executado de forma indireta, sob o regime de **empreitada por preço global**, que decorre da natureza integrada da solução em comodato.

6. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços deverão ser prestados de forma contínua, mediante a disponibilização de solução integrada de controle de acesso de pessoas e veículos e sistema de Circuito Fechado de Televisão (CFTV), em regime de comodato, incluindo o fornecimento de todos os equipamentos, licenças de software, materiais, infraestrutura e serviços necessários à sua plena operacionalização, observados os seguintes requisitos:

6.1.1. Fornecimento, instalação, configuração, integração e testes de todos os equipamentos, softwares e demais componentes da solução, assegurando sua plena operacionalização, incluindo toda a infraestrutura necessária, como tubulação, suportes, cabeamento estruturado, interligações e ajustes de funcionamento;

6.1.2. Assegurar a entrega da solução em pleno funcionamento, mediante a realização de testes, validações e aceite formal pelo Contratante, como condição para o início da fase operacional;

6.1.3. Executar operação assistida pelo período mínimo de 10 dias após a implantação, com acompanhamento técnico destinado à estabilização da solução e à orientação dos servidores responsáveis;

6.1.4. Fornecer treinamento operacional aos servidores indicados pelo Contratante, abrangendo a utilização da solução, configurações básicas e boas práticas de operação;

6.1.5. Proceder o cadastramento da biometria e perfis dos usuários (fotos e dados de identificação) nos sistemas de controle de acesso;

6.1.6. Entregar de documentação técnica completa da solução, incluindo manuais, diagramas, topologia do sistema de CFTV, identificação dos equipamentos instalados e orientações para operação e manutenção;

6.1.7. Prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva pelo prazo de 36 meses, abrangendo substituição de equipamentos, peças e componentes, atualização de firmware e software, observados os prazos e níveis de serviço definidos;

6.1.8. Realizar manutenções preventivas periódicas, com frequência mínima trimestral, contemplando inspeção, limpeza, testes de funcionamento, ajustes técnicos e emissão de relatórios detalhados;

6.1.9. Disponibilizar suporte técnico especializado, de forma presencial e/ou remota, durante toda a vigência contratual, com atendimento em dias úteis e regime de plantão para ocorrências críticas em finais de semana e feriados;

6.1.10. Disponibilizar canal de atendimento para abertura e acompanhamento de chamados técnicos, por meio de telefone e correio eletrônico, assegurando o registro, a classificação, o acompanhamento e a rastreabilidade das ocorrências;

6.1.11. Cumprir os níveis mínimos de serviço estabelecidos no Acordo de Nível de Serviço, especialmente quanto aos prazos de atendimento, solução de incidentes e à disponibilidade da solução;

6.1.12. Apresentar relatórios mensais de prestação de serviços, contendo, no mínimo, o registro de chamados, tempos de atendimento e solução, indisponibilidades, manutenções realizadas, para fins de medição e pagamento;

6.1.13. Substituir, nos prazos definidos no Acordo de Nível de Serviço, quaisquer equipamentos, componentes ou materiais que apresentem falhas, defeitos ou desempenho inadequado, sem ônus adicional para o Contratante;

6.1.14. Assegurar a atualização tecnológica da solução, limitada a melhorias de firmware, software e compatibilidade, sem alteração do escopo contratado;

6.1.15. Garantir que a solução utilize padrões tecnológicos abertos e interoperáveis, evitando dependência tecnológica excessiva de fornecedor específico;

6.1.16. Disponibilizar profissionais qualificados e devidamente treinados para execução dos serviços, responsabilizando-se por sua conduta técnica e disciplinar;

6.1.17. Responsabilizar-se por eventuais danos causados aos equipamentos, sistemas, instalações ou à infraestrutura do Contratante, quando decorrentes de ação ou omissão de seu preposto;

6.1.18. Assumir responsabilidade integral pela integridade, disponibilidade, funcionamento e desempenho da solução, incluindo todos os equipamentos e softwares disponibilizados em regime de comodato;

6.1.19. Manter inventário atualizado de todos os equipamentos, softwares e ativos instalados, com identificação, localização e estado de funcionamento;

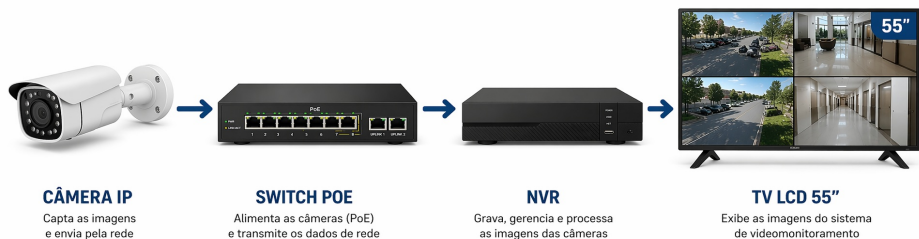
6.1.20. Assegurar a realização de rotinas de backup local e recuperação de configurações e dados da solução, conforme boas práticas;

6.1.21. Assegurar a gravação, retenção e integridade das imagens captadas pelo sistema de CFTV pelo prazo mínimo de 90 dias, contados da data de sua captura, devendo ser armazenadas em meio seguro, controle de

acesso e proteção contra perda, alteração ou exclusão não autorizada, garantindo sua pronta recuperação sempre que necessário;

6.1.22. Observar integralmente as disposições relativas à proteção de dados pessoais e imagens, nos termos da legislação aplicável e das cláusulas contratuais pertinentes, especialmente quanto ao acesso e confidencialidade das informações a que tiver acesso em razão da execução contratual, conforme **item 25**, deste termo.

6.1.23. A topologia padrão do sistema de CFTV será a seguinte:



7. ESTIMATIVA DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

7.1. Segue abaixo a quantidade de equipamentos, produtos e serviços estimados, que compõe de forma global o serviço descrito no **item 4**, deste termo para fins de composição de custos:

Materiais e Equipamentos

Item	Descrição dos Equipamentos	Sede Administrativa	TCERR/DIPLE	Presidência	Controle Externo	Total
1	Câmera Dome IP 4mp 20m	3	2	1	2	8
2	Câmera Bullet IP 4mp 20m	6	10	6	13	35
3	Câmera Bullet IP 4mp LPR 40m	3	2	-	1	6
4	Gravador Digital NVR 16 canais, incluso HD de 10Tb	1	2	1	1	5
5	Smartv de 55" 4K	1	2	1	1	5
6	Switch PoE 16 portas, padrão IEEE 802.3af/at	1	2	1	1	5
7	Catraca Eletrônica Swing Barrier com leitor facial (Lado esquerdo + Lado direito)	-	2	1	1	4
8	Catraca Eletrônica Swing Barrier com leitor facial (Lado esquerdo + Meio + Lado direito)	1	1	-	1	3
9	Conjunto controlador de acesso com reconhecimento facial, composto por 2 controladores faciais de 7" (entrada e saída), fonte de alimentação de 12v independente, fechadura eletromagnética de sobrepor para porta em MDF.	1	7	-	3	11
10	Nobreak 1.800VA	2	4	2	2	10

11	Conjunto motor eletrônico tipo industrial, capacidade de 800kg, composto por cremalheiras de 4m, limitadores de curso e 10 controles remoto	-	1	-	1	2
12	Conjunto Rack aéreo de 7U, composto por organizador de cabos, bandeja, calha de tomadas, patch panel de 16 portas, 16 patch cords de 20cm, demais acessórios e fixadores	1	2	1	1	5
13	Cabo UTP CAT6 (Caixa com 305m)	2	3	2	2	9
14	Caixa de passagem em alumínio 20x20cm	16	16	3	15	50
15	Eletroduto PVC de 3/4" (m)	275	390	105	455	1.225
16	Abraçadeira em metal para eletroduto de PVC de 3/4", incluso parafusos e buchas	275	390	105	455	1.225
17	Conector RJ45	25	50	25	25	125



Serviços

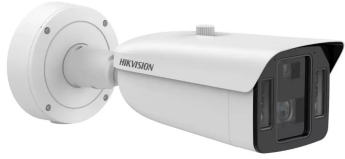

Item	Descrição dos Serviços	Unid.	Quantidade
1	Serviços de instalação, configuração e testes de equipamentos e sistemas	Serviço	1
2	Serviços de treinamento/operacionalização dos equipamentos (4 horas)	Serviço	1
3	Serviços de manutenção preventiva/corretiva	Mês	36
4	Licença de uso software de gerenciamento de vídeo (VMS) para, no mínimo, 50 câmeras tipo IP, pelo período de 36 meses	Licença	1
5	Licença de uso de software de controle de acesso para, no mínimo, 7 catracas eletrônicas e 22 controladores de acesso com reconhecimento facial, pelo período de 36 meses	Licença	1



7.2. Os materiais de consumo relacionados nos **itens 13 a 17** foram relacionados por representarem aqueles de maior impacto estimado no custo da execução dos serviços. Ressalta-se, contudo, que a relação apresentada possui caráter meramente exemplificativo quanto aos principais insumos, não sendo exaustiva. Assim, compete à licitante considerar, na elaboração de sua proposta, todos os demais materiais de consumo necessários à completa e adequada execução dos serviços, ainda que não expressamente mencionados neste instrumento, devendo os respectivos custos estar integralmente contemplados na composição de preços ofertada.

7.3. Os **equipamentos** relacionados nos **itens 1 a 12** e as **licenças de uso** relacionadas nos **itens 4 e 5** acima deverão possuir, no mínimo, as seguintes especificações e funcionalidades abaixo, com preferência nas marcas recomendadas:



Item	Tipo de Equipamento / Serviço	Especificações / Funcionalidades	Marcas/Modelos de Referência
------	-------------------------------	----------------------------------	------------------------------


1	Câmera Dome IP	<p>Câmera IP do tipo Dome, com resolução mínima de 4 MP, adequada para sistemas de CFTV, com alcance mínimo de 20 metros, uso interno, proteção IP66, modo noturno por meio de iluminação infravermelha integrada, compatível com padrão ONVIF e compressão H.265 ou superior, dotada de lente fixa, interface de rede Fast/Gigabit Ethernet, alimentação via PoE (IEEE 802.3af/at), recursos de ajuste de imagem, funcionamento contínuo 24x7 e plena compatibilidade com NVR, devendo ser fornecida nova, de primeiro uso, com suporte e todos os acessórios necessários à instalação e operação do equipamento.</p>	<p>Intelbras Hikvision</p>  <p>Imagem Ilustrativa</p>
2	Câmera Bullet IP	<p>Câmera IP do tipo Bullet com resolução mínima de 4 MP, adequada para sistemas de CFTV, com alcance mínimo de 20 metros, uso externo, proteção IP67, modo noturno por meio de iluminação infravermelha integrada, compatível com padrão ONVIF e compressão H.265 ou superior, permitindo ajuste de ângulo de visão e foco, possuindo interface de rede Fast/Gigabit Ethernet, alimentação via PoE (IEEE 802.3af/at), recursos de ajuste de imagem, funcionamento contínuo 24x7 e plena compatibilidade com NVR, devendo ser fornecida nova, de primeiro uso, com suporte e todos os acessórios necessários à instalação e operação do equipamento.</p>	<p>Intelbras Hikvision</p>  <p>Imagem Ilustrativa</p>

3	Câmera Bullet LPR	<p>Câmera IP do tipo Bullet LPR para leitura automática de placas veiculares, com resolução mínima de 4 MP, alcance mínimo de 40 metros, uso externo, proteção IP67, dotada de tecnologia de captura otimizada para veículos em movimento, com alcance adequado para leitura diurna e noturna, incluindo iluminação infravermelha integrada, obturador ajustável e compensação de iluminação para ambientes com variação luminosa, compatível com padrão ONVIF e compressão H.265 ou superior, devendo possuir interface de rede Gigabit Ethernet, alimentação via PoE (IEEE 802.3af/at), capacidade de integração com NVR com função LPR, funcionamento contínuo 24x7, devendo ser fornecida nova, de primeiro uso, com suporte e todos os acessórios necessários à instalação e operação do equipamento.</p>	<p>Intelbras Hikvision</p>  <p>Imagem Ilustrativa</p>
4	Gravador Digital NVR	<p>Gravador de vídeo em rede (NVR) com software de gerenciamento de vídeo (VMS) embarcado, função de reconhecimento de placas veiculares (LPR) embarcada, com capacidade mínima para 16 (dezesseis) canais IP, suportando resolução de até 8 MP (4K) por canal, compatível com padrão ONVIF (suportando, no mínimo, o Profile S, sendo recomendável compatibilidade com o Profile T) e compressão H.265 ou superior, devendo permitir leitura automática de placas, registro e consulta por placa, data e horário, com largura de banda igual ou superior a 256 Mbps, 2 (duas) interfaces de rede Gigabit Ethernet RJ45, saída de vídeo HDMI, suporte para no mínimo 2 (dois) discos rígidos SATA de 10TB, devendo possuir embarcado 1 (um) disco de 10TB, acesso remoto via rede e funcionamento contínuo 24x7, devendo ser fornecido novo, de primeiro uso, com todos os acessórios necessários à instalação e operação do equipamento.</p>	<p>Intelbras Hikvision</p>  <p>Imagem Ilustrativa</p>

5	Smart TV de 55"	<p>Smart TV com tela de 55 polegadas, resolução 4K UHD (3840 x 2160) ou superior, tecnologia de painel LED ou equivalente, com conectividade Wi-Fi e Ethernet integrada, sistema operacional com acesso a aplicativos de streaming, no mínimo 3 (três) entradas HDMI e 2 (duas) portas USB, áudio integrado com potência compatível ao porte do equipamento, controle remoto incluso, alimentação bivolt automática, devendo ser fornecida nova, de primeiro uso, com todos os acessórios necessários à instalação e pleno funcionamento.</p>	<p>Samsung LG</p>  <p>Imagem Ilustrativa</p>
6	Switch PoE	<p>Switch de rede gerenciável com suporte a Power over Ethernet (PoE), dotado de, no mínimo, 16 (dezesesseis) portas RJ-45 10/100/1000 Mbps compatíveis com os padrões IEEE 802.3af/at (PoE/PoE+), com fornecimento de até 30W por porta e potência total mínima de 200W, devendo possuir, adicionalmente, ao menos 2 (duas) portas uplink Gigabit (RJ-45 e/ou SFP), capacidade de comutação mínima de 36 Gbps, suporte a VLAN (IEEE 802.1Q), QoS e IGMP Snooping, gerenciamento via interface web e/ou SNMP, proteção contra surtos e sobrecarga nas portas PoE, funcionamento contínuo 24x7, alimentação bivolt automático (100–240V), compatibilidade com os protocolos TCP/IP (IPv4/IPv6) e pleno atendimento às demandas de alimentação e tráfego de dados dos dispositivos do sistema de CFTV, devendo ser fornecido novo, de primeiro uso, com todos os acessórios necessários à sua instalação e operação.</p>	<p>TP-Link Intelbras</p>  <p>Imagem Ilustrativa</p>

7	<p>Catracas Eletrônicas com reconhecimento facial, sendo a estrutura com 1 ou duas passagens (LE-LD) ou (LE-M-LD).</p>	<p>Catracas eletrônicas do tipo swing barrier (portão swing gate), incluso controlador/terminal de acesso integrado com tecnologia de identificação por reconhecimento facial com tela de 7" ou embarcado no equipamento, interface de rede ethernet e/ou wi-fi, podendo operar também com cartão e/ou senha, fluxo bidirecional, largura de passagem de 600 a 650mm, estrutura em aço inox ou alumínio, uso intenso, flaps em acrílico ou material equivalente, capacidade de cadastro de, no mínimo, 10.000 faces/usuários e registro de eventos, devendo possuir mecanismo bidirecional, abertura automática mediante autenticação válida, sensores de segurança para detecção de passagem e prevenção de acidentes, compatibilidade com protocolos de integração, funcionamento contínuo 24x7, alimentação elétrica bivolt, sistema de liberação automática em caso de falta de energia, devendo ser fornecida nova, de primeiro uso, com todos os acessórios necessários à instalação e operação do equipamento.</p>	<p>Hikvision DS-K3B411</p>  <p>Intelbras Gate 9200</p>  <p>Imagem Ilustrativa</p>
8	<p>Conjunto Controlador de Acesso com reconhecimento facial (entrada e saída)</p>	<p>Conjunto controlador de acesso para portas em MDF com reconhecimento facial, composto por 2 (dois) controladores de acesso (entrada e saída) com tecnologia de identificação por reconhecimento facial com tela de LCD de 7" ou superior, fechadura eletromagnética de sobrepor para porta em MDF, fonte de alimentação de 12v independente, sensor magnético para monitoramento do estado da porta, licença de software de gerenciamento devendo permitir o cadastro e gerenciamento de usuários, definição de perfis e níveis de acesso, parametrização de horários e áreas restritas, registro e armazenamento de eventos (logs auditáveis), bem como o monitoramento em tempo real das entradas e saídas, devendo o conjunto permitir o acionamento automático da fechadura mediante autenticação válida, possuir interface de rede Ethernet e/ou Wi-Fi, compatibilidade com protocolos de integração, funcionamento contínuo 24x7, devendo ser fornecido o conjunto novo, de primeiro uso, com todos os cabos, suportes e acessórios necessários à instalação e operação do equipamento.</p>	<p>Hikvision Dahua Technology Control iD Intelbrás</p>  <p>Imagem Ilustrativa</p>

9	Nobreak	<p>Nobreak com potência de 1.800 VA (mínima), tecnologia line-interactive ou superior, entrada e saída bivolt automático (100–240V), com no mínimo 6 (seis) tomadas de saída padrão brasileiro (NBR 14136), proteção contra surtos, subtensão, sobretensão e sobrecarga, estabilização interna de tensão, tempo de comutação compatível com equipamentos eletrônicos sensíveis, autonomia mínima suficiente para desligamento seguro dos equipamentos conectados, bateria interna selada e recarregável, possibilidade de expansão com baterias externas (quando aplicável), sinalização visual e sonora de status e funcionamento contínuo 24x7, devendo ser fornecido novo, de primeiro uso, com todos os acessórios necessários à instalação e operação do equipamento.</p>	<p>Intelbras SMS TS Shara</p>  <p>Imagem Ilustrativa</p>
10	Conjunto Motor Eletrônico Industrial	<p>Conjunto motor para portão eletrônico, uso industrial pesado, com capacidade nominal mínima de 800kg, do tipo eletromecânico, destinado a operação intensiva, com alimentação elétrica compatível com a rede local, dotado de sistema de partida e parada suave (soft start/stop) ou tecnologia equivalente, redutor com engrenagens metálicas de alta resistência, grau de proteção mínimo IPX4 para uso externo, sistema de destravamento manual em caso de falta de energia, acompanhado de central de comando microprocessada que permita programação de tempo de abertura e fechamento, ajuste de força, fechamento automático e integração com dispositivos de segurança (fotocélulas ou equivalentes) o conjunto deverá incluir, no mínimo, motor, central eletrônica, 10 controles remoto, cremalheira, conjunto de fim de curso, base de fixação e demais componentes necessários à completa instalação e funcionamento do equipamento.</p>	<p>PPA Rossi Garen</p>  <p>Imagem Ilustrativa</p>

11	Rack aéreo 7U	<p>Conjunto rack aéreo padrão 7U para telecomunicações, tipo fechado, para fixação em parede, confeccionado em estrutura metálica resistente com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática, dotado de porta frontal com visor em acrílico ou vidro temperado e fechadura com chave, laterais removíveis para acesso técnico, compatível com padrão 19", profundidade mínima de 450 mm, com sistema de ventilação passiva (aberturas superiores e inferiores) e possibilidade de instalação de ventilação ativa, acompanhado de organizador de cabos horizontal, patch panel de 16 portas padrão RJ-45 (categoria mínima Cat.6 ou superior), guias de cabos, bandeja, calha de tomadas, incluindo ainda patch cords de 20cm em quantidade compatível com as portas do patch panel com conectores RJ-45, bem como todos os acessórios de fixação e montagem, tais como parafusos, porcas gaiola e suportes, devendo ser fornecido novo, de primeiro uso, completo e pronto para instalação.</p>	<p>Intelbras Furukawa</p>  <p>Imagem Ilustrativa</p>
12	Software Gerenciamento de CFTV	<p>Licença de uso de software de gerenciamento de vídeo (VMS) para sistema de CFTV IP, compatível com padrão ONVIF, destinado à visualização, gravação, reprodução e administração centralizada de, no mínimo, 50 câmeras, devendo permitir monitoramento em tempo real, reprodução de imagens gravadas com busca por data, hora, evento e dispositivo, configuração de gravação contínua e por detecção de movimento, suporte a múltiplos usuários com diferentes níveis de acesso, registro de logs de operação, integração com dispositivos como NVRs e câmeras inteligentes (incluindo LPR), acesso remoto via interface web e/ou aplicativo, suporte a múltiplos monitores (quando aplicável), devendo ser fornecido o licenciamento completo e suficiente para o pleno funcionamento de todos os dispositivos e funcionalidades durante toda a vigência contratual, sem limitações que comprometam sua operação, incluindo atualizações, suporte técnico e documentação necessária à sua utilização.</p>	<p>Milestone Systems Digifort Genetec</p>

13	Software de Controle de Acesso (catracas e controladores de acesso)	<p>Licença de uso de software de controle de acesso do tipo plataforma centralizada e integrada, para uso nas recepções do prédios atendidos, destinado ao gerenciamento unificado de catracas eletrônicas e controladores de acesso em portas, independentemente da tecnologia de identificação utilizada (reconhecimento facial, biometria, cartões RFID, QR Code ou equivalentes), devendo permitir o cadastro e gerenciamento de, no mínimo, 20.000 usuários, incluindo dados biométricos e/ou faciais, definição de perfis e níveis de acesso, parametrização de regras, horários e áreas restritas, bem como o registro, armazenamento e consulta de eventos (logs auditáveis) de entrada e saída, com rastreabilidade das operações realizadas. O sistema deverá possibilitar o monitoramento em tempo real dos dispositivos, a geração de relatórios operacionais e gerenciais, a administração remota (bloqueio, liberação e configuração), além de suportar base de dados única e gerenciamento centralizado, ainda que os dispositivos estejam distribuídos em diferentes unidades físicas. Deverá operar em arquitetura web, cliente-servidor ou solução equivalente, com acesso seguro, controle de permissões por usuário e comunicação protegida por criptografia, permitindo operação em rede local e/ou ambiente em nuvem, sem dependência exclusiva de conexão com a internet. A solução deverá ser escalável, interoperável e compatível com padrões abertos de mercado, devendo ser fornecido com licenciamento completo e suficiente para o pleno funcionamento de todos os dispositivos e funcionalidades durante toda a vigência contratual, sem limitações que comprometam sua operação, incluindo atualizações, suporte técnico e documentação necessária à sua utilização.</p>	Hikvision Intelbras
----	---	---	------------------------

7.4. As **marcas indicadas** possuem caráter meramente referencial de qualidade, admitindo-se o fornecimento de produtos equivalentes ou superiores, desde que comprovado o atendimento integral às especificações técnicas mencionadas.

8. VISTORIA TÉCNICA

8.1. Os locais onde serão prestados os serviços poderão ser vistoriados, a critério das licitantes, com antecedência mínima de **1 dia útil** da sessão pública, devendo-se proceder o agendamento tempestivo da visita junto à **Divisão**

de Engenharia, por meio dos contatos: (95) 2121-4455 ou e-mail: dieng@tcerr.tc.br.

8.2. A vistoria deverá ocorrer no horário compreendido de **7:30 às 13:00 horas**, em **dias úteis**.

8.3. Para as licitantes que realizarem a vistoria será entregue o **ATESTADO DE VISTORIA**, para fins de habilitação.

8.4. Caso a licitante vencedora não tenha realizado a visita técnica deverá apresentar, em substituição ao atestado de vistoria, a **DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA TÉCNICA** assinada pelo representante legal, conforme modelo contido no **Anexo I**, deste termo.

8.5. Alerta-se as licitantes que, embora facultativa, a realização de vistoria técnica é recomendável, a fim de possibilitar o prévio conhecimento das condições dos locais de execução dos serviços, especialmente quanto à infraestrutura existente, rotas para passagem de tubulações e lançamento de cabos, características construtivas e demais condições que possam influenciar na formulação da proposta e na execução contratual, não sendo admitidas posteriormente alegações de desconhecimento para fins de alteração da proposta ou revisão contratual.

9. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (ANS)

9.1. O atendimento de ocorrências relativas a falhas de funcionamento dos equipamentos e sistemas que compõem os serviços objeto deste termo deverá ocorrer mediante abertura de **chamado técnico**, por meio de canal de atendimento **via telefone e/ou e-mail** disponibilizado para registro, acompanhamento e controle das solicitações.

9.2. Os chamados técnicos poderão ser abertos em **dias úteis**, no período compreendido entre **08h00 e 18h00**, sendo que os prazos para atendimento e solução serão computados também em **dias úteis**, desconsiderando-se os finais de semana e feriados.

9.3. Eventualmente, em **situações excepcionais**, poderá ser requerido ao preposto atendimento técnico nos **finais de semana ou feriados**, a depender da necessidade e a critério do fiscal do contrato, situação que será resolvida de comum acordo.

9.4. Cada chamado técnico deverá receber número de protocolo, contendo registro da data e hora de abertura, identificação do solicitante, descrição da ocorrência, classificação da severidade e registro das ações realizadas até a sua solução.

9.5. Os chamados técnicos serão classificados conforme os **níveis de severidade**, observando-se os **prazos máximos** para início de atendimento e para solução da ocorrência, conforme tabela a seguir:

Severidade	Tempo máximo para início de atendimento	Tempo máximo para solução
Informativa	até 6 horas	até 24 horas
Normal	até 4 horas	até 12 horas
Crítica	até 2 horas	até 8 horas

9.6. Para fins de classificação dos chamados, considera-se:

9.6.1. **Severidade Informativa:** solicitações relacionadas a esclarecimentos técnicos complexos, orientações de configuração ou operação dos sistemas e equipamentos.

9.6.2. **Severidade Normal:** situação em que haja funcionamento parcial ou falha que não comprometa integralmente o funcionamento dos sistemas ou equipamentos;

9.6.3. **Severidade Crítica:** situação em que a inoperância comprometa totalmente o funcionamento dos sistemas ou inviabilize a operação dos equipamentos;

9.7. O prazo para início de atendimento será contado a partir da abertura do chamado técnico, e o prazo para solução será contado a partir do registro do início efetivo do atendimento pela contratada.

9.8. Os prazos do ANS ficarão suspensos durante o período em que a execução dos serviços ou a solução da ocorrência depender de providência atribuída ao Contratante, de indisponibilidade de infraestrutura predial, energia elétrica, conectividade, caso fortuito, força maior ou ação de terceiros.

9.9. O encerramento do chamado somente deverá ocorrer após a verificação da solução do problema e confirmação da normalização do serviço, devendo ser acompanhado pela fiscalização do contrato.

9.10. Glosas decorrentes do descumprimento do ANS:

9.10.1. O descumprimento dos prazos máximos de solução de chamados estabelecidos ensejará aplicação de **glosa sobre o valor mensal** dos serviços, conforme a classificação de severidade do incidente, nos seguintes termos:

a) **0,1% do valor mensal dos serviços por hora de atraso** na solução de chamados classificados com severidade **informativa**.

b) **0,3% do valor mensal dos serviços por hora de atraso** na solução de chamados classificados com severidade **normal**.

c) **0,5% do valor mensal dos serviços por hora de atraso** na solução de chamados classificados com severidade **crítica**.

9.10.2. A contagem do tempo de atraso terá início a partir do término do prazo máximo de solução para cada nível de severidade.

9.10.3. Para fins de apuração de tempo a ser glosado, será considerado apenas horas completas, descartando-se as frações.

9.10.4. As eventuais glosas mensais não caracterizam sanções administrativas, são apenas adequações pelo não atendimento dos parâmetros previamente estabelecidos.

9.10.5. As glosas mensais aplicadas em decorrência do descumprimento dos níveis de serviço previstos neste ANS ficam limitadas a 10% do valor mensal da contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis nos casos de inexecução total ou parcial do contrato.

9.10.6. Equipamentos que registrarem mais de **três manutenções corretivas** no prazo de **dois meses** deverão ser substituídos por novos.

10. PARCELAMENTO DO OBJETO

O objeto da contratação é considerado indivisível, nos termos do inciso II do §3º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de solução tecnológica integrada de controle de acesso e videomonitoramento (CFTV), composta por subsistemas interdependentes que demandam plena compatibilidade, interoperabilidade e funcionamento conjunto. A fragmentação do objeto comprometeria a padronização tecnológica, a integração entre equipamentos e sistemas, bem como a eficiência operacional da solução como um todo.

11. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

11.1. A Contratada deverá empregar, na execução do serviço, equipamentos e soluções tecnológicas com eficiência energética compatível com padrões reconhecidos de mercado, priorizando, sempre que possível, dispositivos com menor consumo de energia elétrica.

11.2. A Contratada deverá adotar práticas de uso racional de recursos, evitando desperdícios de materiais, insumos e energia durante a instalação, operação e manutenção dos sistemas.

11.3. A Contratada será responsável pela coleta, substituição e destinação ambientalmente adequada de equipamentos, componentes e resíduos eletroeletrônicos eventualmente gerados ao longo da execução contratual, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

11.4. No regime de comodato, a Contratada deverá assegurar o reaproveitamento, a substituição ou o descarte ambientalmente correto dos equipamentos inservíveis, não sendo permitido o abandono ou descarte inadequado de resíduos nas dependências do órgão.

11.5. A Contratada deverá, sempre que tecnicamente viável, priorizar o aproveitamento da infraestrutura existente, minimizando intervenções físicas, obras e alterações estruturais que possam gerar impactos ambientais desnecessários.

11.6. A Contratada deverá observar as normas ambientais aplicáveis e as boas práticas de sustentabilidade reconhecidas no mercado, responsabilizando-se por eventuais danos ambientais decorrentes da execução do contrato.

11.7. O cumprimento das obrigações de sustentabilidade constituirá condição de execução contratual, devendo ser acompanhado pela fiscalização do contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em caso de descumprimento.

12. PRAZO DE IMPLANTAÇÃO E LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. O fornecimento dos equipamentos em regime de comodato, bem como a execução dos serviços de instalação, configuração e realização de testes operacionais em todos os prédios do Contratante, deverá ocorrer no prazo de **45 dias**, contados a partir da assinatura do termo de contrato.

12.2. Seguem abaixo os endereços dos imóveis e os tipos de equipamentos a serem disponibilizados em comodato:

Item	Prédio / Endereço	Equipamentos em comodato
1	Prédio Sede Administrativa Rua Prof. Agnelo Bitencourt, nº 126 - Centro	<ul style="list-style-type: none"> • Câmera Dome IP 4mp 20m: 3 unidades • Câmera Bullet IP 4mp 20m: 6 unidades • Câmera Bullet IP 4mp LPR 40m: 3 unidades • Gravador Digital NVR 16 canais: 1 unidade • Conjunto rack aéreo 7U: 1 conjunto • Smartv de 55" 4K: 1 unidade • Switch PoE 16 portas, padrão IEEE 802.3af/at: 1 unidade • Catraca Eletrônica Swing Barrier com leitor facial (LE+M+LD): 1 unidade • Conjunto controlador de acesso: 1 conjunto • Nobreak 1.800 VA: 2 unidades
2	Prédio TCERR + DIPLE Av. Capitão Ene Garcez, nº 554 - Centro Av. Capitão Ene Garcez, nº 548 - Centro	<ul style="list-style-type: none"> • Câmera Dome IP 4mp 20m: 2 unidade • Câmera Bullet IP 4mp 20m: 9 unidades • Câmera Bullet IP 4mp LPR 40m: 1 unidade • Gravador Digital NVR 16 canais: 2 unidades • Conjunto rack aéreo 7U: 2 conjuntos • Smartv de 55" 4K: 2 unidades • Switch PoE 16 portas, padrão IEEE 802.3af/at: 2 unidades • Catraca Eletrônica Swing Barrier com leitor facial (LE+M+LD): 1 unidade • Catraca Eletrônica Swing Barrier com leitor facial (LE+LD): 2 unidades • Conjunto controlador de acesso: 7 conjuntos • Nobreak 1.800 VA: 4 unidades • Conjunto motor eletrônico industrial: 1 conjunto
3	Prédio Presidência Av. Capitão Ene Garcez, nº 510 - Centro	<ul style="list-style-type: none"> • Câmera Dome IP 4mp 20m: 1 unidade • Câmera Bullet IP 4mp 20m: 6 unidades • Gravador Digital NVR 16 canais: 1 unidade • Conjunto rack aéreo 7U: 1 conjunto • Smartv de 55" 4K: 1 unidade • Switch PoE 16 portas, padrão IEEE 802.3af/at: 1 unidade • Catraca Eletrônica Swing Barrier com leitor facial (LE+LD): 1 unidade • Nobreak 1.800 VA: 2 unidades

4	<p style="text-align: center;">Prédio Controle Externo Av. Capitão Júlio Bezerra, nº 516 - Centro</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Câmera Dome IP 4mp 20m: 2 unidades • Câmera Bullet IP 4mp 20m: 13 unidades • Câmera Bullet IP 4mp LPR 40m: 1 unidade • Gravador Digital NVR 16 canais: 1 unidade • Conjunto rack aéreo 7U: 1 unidade • Smartv de 55" 4K: 1 unidade • Switch PoE 16 portas, padrão IEEE 802.3af/at: 1 unidade • Catraca Eletrônica Swing Barrier com leitor facial (LE+LD): 1 unidade • Catraca Eletrônica Swing Barrier com leitor facial (LE+M+LD): 1 unidade • Conjunto controlador de acesso: 3 conjuntos • Nobreak 1.800 VA: 2 unidades • Conjunto motor eletrônico industrial: 1 conjunto
---	--	---

12.3. Os locais de instalação dos equipamentos e sistemas são aqueles indicados nos **projetos executivos** contidos no **Anexo II**, deste termo, podendo ser ajustados de comum acordo, de forma justificada, durante a fase de implantação, mediante anuência da fiscalização do contrato.

12.4. O prazo previsto no **item 12.1** poderá ser prorrogado mediante justificativa.

12.5. O software de controle de acesso para catracas eletrônicas e controladores acesso com identificação facial serão instalados em estações de trabalho disponibilizadas pelo Contratante nas recepções dos prédios indicados no **Anexo II** e serão operacionalizados por servidores treinados.

13. VIGÊNCIA DO CONTRATO

13.1. O prazo de vigência do contrato será de **36 meses**, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107, da Lei nº 14.333/2021.

13.2. O pagamento mensal será devido somente após a plena implantação, configuração e início da prestação dos serviços.

13.3. Havendo interesse das partes, a vigência do contrato poderá ser prorrogada condicionada a:

13.3.1. Comprovação de preços e condições vantajosas;

13.3.2. Regularidade fiscal e trabalhista do contratado;

13.3.3. Inexistência de sanção impeditiva do contratado, comprovada por meio de Consulta Consolidada no portal do Tribunal de Contas da União (TCU).

13.4. A vigência contratual tem início a partir da data da última assinatura das partes no termo de contrato.

14. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

14.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, onde cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.2. As comunicações entre o Contratante e o Contratado que exigirem formalidade de atos deverão ser realizadas sempre por meio eletrônico.

14.3. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por fiscal devidamente designado para esse fim, com atribuições de representar o Contratante no âmbito da execução do contrato.

14.4. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade no cumprimento das cláusulas contratuais, o fiscal emitirá notificações para a correção, determinando prazo para tal ato.

14.5. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando os fatos ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

15. FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado **mensalmente**, mediante a prestação dos serviços, iniciando-se a contagem do primeiro período após o aceite definitivo da solução, caracterizado pela plena entrada em operação dos equipamentos e sistemas em comodato.

15.2. O **primeiro faturamento** somente será devido após o cumprimento integral do **primeiro ciclo mensal** de prestação dos serviços, condicionada ao ateste do fiscal do contrato quanto à disponibilidade e ao desempenho da solução.

15.3. Para fins de pagamento, a nota fiscal eletrônica será encaminhada pelo Contratado, via *e-mail*, exclusivamente ao fiscal do contrato, cujo endereço eletrônico será repassado oportunamente.

15.4. Seguem abaixo orientações para a emissão da nota fiscal ou documento equivalente para fins de retenção tributária:

15.4.1. A Contratada deverá observar, quando da emissão da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, as disposições da **Instrução Normativa RFB nº 1234/2012**, com as alterações promovidas pela **Instrução Normativa RFB nº 2145/2023**;

15.4.2. As alíquotas dos tributos decorrentes da atividade empresarial da Contratada deverão constar expressamente no corpo da nota fiscal ou documento equivalente, bem como a indicação de eventual hipótese de isenção, imunidade ou não incidência tributária aplicável à operação;

15.4.3. Em razão da extinção do convênio firmado entre o Governo do Estado de Roraima e a União (DOU nº 219, de 22/11/2022 – Seção 3, p. 50), o recolhimento das contribuições relacionados à atividade empresarial (CSLL, COFINS e PIS/PASEP) passa a ser de exclusiva responsabilidade da Contratada;

15.4.4. As notas fiscais emitidas deverão observar as disposições estabelecidas no **Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 1 de 2025**, especialmente quanto ao correto preenchimento dos campos e das informações fiscais relativos aos tributos incidentes sobre a operação.

15.5. Caso o documento fiscal apresentado não esteja em conformidade com a legislação mencionada, ou contenha inconsistências que impeçam seu regular processamento, este será devolvido à Contratada para as devidas correções, ficando o pagamento condicionado à reapresentação da nota fiscal devidamente regularizada.

15.6. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, desde que apresente comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida lei complementar.

15.7. O pagamento ocorrerá em **até 10 dias úteis**, após o atesto da nota fiscal, por meio de ordem bancária para crédito no banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

15.8. Para fins de pagamento, o Contratado deverá estar adimplente com a Fazenda Federal e Municipal, incluindo a regularidade perante a Justiça do Trabalho e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

15.9. Não será aceito como comprovação da regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal a certidão emitida/validada na condição de contribuinte.

15.10. A nota fiscal que for apresentada com erro deverá ser imediatamente substituída, ficando o pagamento suspenso e o prazo para pagamento suspenso até que o Contratado providencie a substituição.

15.11. No preço contratado deverão estar inclusos todos os tributos, taxas, encargos, seguros, fretes e quaisquer outras despesas que incidam sobre o objeto.

15.12. No caso de atraso do pagamento, salvo se por culpa do Contratado, serão devidos pelo Contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples, conforme a seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos. N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438. e VP = Valor do pagamento em atraso.

16. FORMA E CONDIÇÕES DE REAJUSTAMENTO

16.1. Os preços contratados poderão ser **reajustados** após o transcurso de **1 ano**, contados da data do **orçamento estimado de 11/5/2026**, por meio do **Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE**.

16.2. Para o cálculo do índice de reajustamento será adotada a seguinte **fórmula**:

$$IR = (if - ii) / ii$$

Onde:

IR = Índice de Reajustamento.

ii - índice inicial: índice do mês de apresentação da proposta.

if - índice final: índice correspondente a data do reajuste.

16.3. O reajuste de preços deverá ser solicitado formalmente pelo Contratado antes de eventual prorrogação do contrato, decaindo tal direito caso seja firmado termo aditivo prorrogatório sem a devida manifestação quanto ao reajuste.

17. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

17.1. Providenciar, imediatamente após a assinatura do termo de contrato, as tratativas necessárias ao cumprimento célere da obrigação.

17.2. Executar o objeto na forma pactuada, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste termo.

17.3. Prestar a garantia do contrato, conforme **item 19**, deste termo.

17.4. Apresentar em **até 10 dias úteis** da assinatura do contrato, **preposto** e respectivos contatos (telefone celular e e-mail) para representá-lo durante a vigência do contrato.

17.5. Apresentar garantia contratual no prazo informado.

17.6. Informar os canais para a abertura de chamados técnicos de suporte.

17.7. Proceder a retirada ordenada dos equipamentos disponibilizados em comodato no prazo de até 10 dias úteis após a extinção do contrato, mediante liberação do Contratante, podendo optar por disponibilizar, sem custos, a infraestrutura de tubulação e cabeamento.

17.8. Cumprir as diretrizes contidas no termo de sigilo e confidencialidade e proteção de dados pessoais, contido no Anexo III, deste termo.

17.9. Prestar, sempre que solicitado, as informações e orientações operacionais necessárias para a adequada prestação dos serviços;

17.10. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, de seus empregados, independente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

17.11. Não subcontratar o objeto do presente Termo.

17.12. Manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação, devendo comunicar imediatamente ao Contratante a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições, em atendimento ao disposto no art. 92, inciso XVI, da Lei 14.133/2021.

17.13. Manter atualizado os dados inicialmente fornecidos na proposta adjudicada.

18. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

18.1. Efetuar o pagamento no prazo informado neste termo.

18.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

18.3. Verificar o cumprimento das especificações exigidas, podendo rejeitá-las quando não atenderem ao solicitado.

18.4. Prestar toda e qualquer informação necessária à perfeita execução do contrato.

18.5. Documentar as ocorrências imprevistas.

19. GARANTIA CONTRATUAL

19.1. Com a finalidade de assegurar a execução do contrato e suprir eventual situação de inadimplência, o Contratado apresentará **garantia contratual** na forma do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em até **30 dias**, após a homologação do certame e antes da assinatura do contrato, no percentual de **5%** do valor da contratação, podendo optar por uma das **modalidades de garantia** abaixo:

19.1.1. **Caução em Dinheiro:** a garantia em dinheiro deverá ser efetuada, obrigatoriamente, em conta específica, em favor do Contratante;

19.1.2. **Títulos da Dívida Pública:** emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

19.1.3. **Seguro Garantia:** será realizado mediante a entrega da apólice, inclusive digital, emitida por empresa em funcionamento no Brasil e devidamente registrada na Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sendo a Contratante o único beneficiário/segurado, observando-se, ainda, as disposições do art. 97 da Lei nº 14.133/2021;

19.1.4. **Fiança Bancária:** mediante entrega de carta de fiança fornecida por estabelecimento bancário, devidamente registrada em cartório de registro de títulos e documentos, conforme determinado no art. 129 da Lei nº 6.015/73. Na Fiança Bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e 835 do Código Civil Brasileiro;

19.1.5. **Título de capitalização** custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

19.2. **A garantia contratual assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:**

19.2.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

19.2.2. Prejuízos causados ao Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

19.2.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo Contratante; e

19.2.4. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza não adimplidas pelo Contratado, conforme a natureza do contrato.

19.3. Os dados do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar no instrumento de garantia ou seguro a ser apresentado pelo garantidor e/ou segurador.

19.4. A garantia contratual terá validade mínima de **90 dias** além da vigência contratual, devendo ser renovada e atualizada no caso de alteração do valor e/ou prorrogação do contrato.

19.5. A garantia contratual será liberada ou restituída somente após a comprovação de que o Contratado cumpriu as obrigações contratuais, em especial as diretrizes de transição contratual previstas no **item 25**, deste termo.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 Comete infração administrativa no âmbito da execução do contrato, nos termos da Lei 14.133/2021, o Contratado que:

20.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

20.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano ao Contratante;

20.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

20.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

20.1.5. prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

20.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

20.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

20.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.

20.2. O Contratado que cometer quaisquer das infrações discriminadas no item 20.1 ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes sanções:

20.2.1 **ADVERTÊNCIA:** no caso de cometimento da infração administrativa prevista no **subitem 20.1.1**, quando **não se justificar** a imposição de penalidade mais grave.

20.2.2. **MULTA:**

- a) de **10%** sobre o valor do contrato no caso de cometimento das infrações administrativas previstas nos **subitens 20.1.1 e 20.1.4.**
- b) de **15%** sobre o valor do contrato no caso de cometimento das infrações administrativas previstas nos **subitens 20.1.2 e 20.1.3.**
- c) de **20%** sobre o valor do contrato no caso de cometimento das infrações administrativas previstas nos **subitens 20.1.5 a 20.1.8.**

20.2.3. **MULTA MORATÓRIA :** de **0,5%** sobre o **valor global da contratação**, por dia de atraso injustificado em iniciar a prestação dos serviços (entregar todos os equipamentos e sistemas funcionando), limitado a **10%**, podendo ser convertida em **multa compensatória** no caso de extinção unilateral do contrato, sem prejuízo da aplicação cumulativa com outras sanções previstas em lei.

20.2.3.1. Não havendo **garantia contratual**, ocorrerá a **retenção preventiva** do **valor presumido da multa moratória** antes da instauração do regular procedimento administrativo.

20.2.3.2. Se a **multa** aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada judicialmente.

20.2.4. **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR:** pelo prazo de **2 anos**, no caso de cometimento das infrações administrativas previstas nos **subitens 20.1.2 e 20.1.3**, e de **6 meses**, no caso de cometimento da infração administrativa previstas no **subitem 20.1.4**, quando **não se justificar** a imposição de penalidade mais grave.

20.2.5. **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE:** pelo prazo de **3 anos**, no caso de cometimento das infrações administrativas previstas nos **subitens 20.1.5 e 20.1.6**, e de **6 anos**, no caso de cometimento da infração administrativa previstas no **subitens 20.1.7 e 20.1.8**, bem como pelo prazo de **3 anos**, no caso de cometimento das infrações **20.1.2 a 20.1.4**, quando **se justificar** a imposição de penalidade mais grave.

20.2.6. As sanções previstas nos **subitens 20.2.1, 20.2.4 e 20.2.5** poderão ser aplicadas **cumulativamente** com a prevista no **subitem 20.2.2.**

20.3. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

20.4. O exercício do direito ao **contraditório** e a **ampla defesa** acerca da imputação das infrações previstas neste item ocorrerá no âmbito do **processo administrativo sancionatório.**

20.5. O **processo administrativo sancionatório** seguirá às disposições da **Resolução nº 02/2024-TCERR-PLENO.**

20.6. No caso de abertura de **processo administrativo sancionatório** destinado a apuração de infrações contratuais e eventual aplicação de sanção administrativa, as comunicações ao Contratado serão realizadas preferencialmente por meio do endereço de correio eletrônico (e-mail) informado na proposta adjudicada ou o constante no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF).

20.6.1. O Contratado deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (e-mail) informado na proposta e no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF), e confirmar o recebimento das mensagens provenientes do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou de eventuais sanções aplicadas.

21. **CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO**

21.1. **Em razão das vedações legais, não poderá participar do procedimento de contratação:**

21.1.1. A empresa ou empresário impedido licitar e contratar com órgãos e entidades estaduais e municipais no Estado de Roraima, durante o prazo da sanção aplicada.

21.1.2. O empresário declarado inidôneo perante a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação.

21.1.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Contratante ou com servidor que desempenhe função no procedimento licitatório ou na contratação direta, bem como atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

21.1.4. O empresário cujo instrumento constitutivo não seja compatível com o objeto deste termo.

21.1.5. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no Brasil;

21.1.6. As sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

21.2. O atendimento das condições indicadas nos **subitens 21.1.1 e 21.1.2** serão supridas por meio de **Consulta Consolidada** no portal do **Tribunal de Contas da União (TCU)** ou SICAF ou por qualquer outro meio idôneo de consulta.

22. DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

22.1. A licitante deverá elaborar sua **proposta comercial** conforme modelo previsto no edital, considerando, obrigatoriamente, a totalidade do objeto, abrangendo, no mínimo, a estimativa de equipamentos, produtos, insumos e serviços descritos no **item 7** deste termo, bem como os custos diretos e indiretos necessários à sua perfeita execução, considerando, no mínimo, os seguintes elementos:

a) **Custos Direto:** equipamentos/materiais/licenças de softwares;

b) **Custos Indiretos:** administração/gestão e custos operacionais;

c) **Riscos contratual e Lucro;**

d) **Tributos:** PIS/COFINS/ISS

22.2. Compete exclusivamente à licitante avaliar e dimensionar todos os componentes necessários à plena execução do objeto, devendo incluir em sua proposta quaisquer itens, ainda que não expressamente previstos neste termo, mas indispensáveis ao funcionamento adequado, contínuo e seguro da solução.

22.3. A licitante deverá atentar que determinados equipamentos (NVRs, Catracas e Controladores de Acesso) foram especificados com a inclusão de acessórios, tais como discos rígidos (HD), leitores faciais, baterias de autonomia, fechaduras magnéticas, cremalheiras, batentes, dentro outros necessários, os quais deverão ser considerados na precificação do item.

22.4. A licitante deverá considerar, ainda, todos os custos relacionados à implantação da solução, incluindo, mas não se limitando a: instalação, configuração, integração entre sistemas, testes, treinamento de usuários, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, substituição de equipamentos defeituosos, atualizações tecnológicas e demais atividades necessárias à garantia do pleno funcionamento da solução durante toda a vigência contratual.

22.5. Considerar-se-á que o preço constante da proposta adjudicada contempla todos os elementos necessários à execução do objeto, sendo vedada a cobrança posterior de quaisquer valores adicionais, sob qualquer justificativa, exceto nas hipóteses expressamente admitidas na Lei nº 14.133/2021.

22.6. A omissão, subestimação ou erro de avaliação por parte da licitante quanto aos quantitativos, especificações ou requisitos necessários à execução do objeto não ensejará pleitos de acréscimos contratuais ou recomposição de preços, ressalvadas exclusivamente as hipóteses legalmente previstas.

23. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO

23.1. O Contratado será selecionado por meio de procedimento licitatório na modalidade **Pregão**, sob a forma **Eletrônica**, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço**, conforme **Resolução nº 21/2023 - TCERR - PLENO**.

23.2. A proponente/licitante que não mantiver a proposta quando vencedora ou quando convocada no prazo da validade da sua proposta, poderá sofrer as **sanções administrativas** previstas na **Resolução nº 02/2024-TCERR-PLENO**, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

23.3. É dever da proponente/licitante avaliar previamente se tem condições financeiras e operacionais para participar do certame e se vencedora, cumprir o objeto do contrato nas condições e prazos indicados neste termo, sob pena das sanções administrativas previstas na resolução indicada no item anterior.

24. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Sem prejuízo dos demais documentos que venham a ser solicitados em edital de licitação, a licitante deverá apresentar os documentos abaixo para fins de habilitação:

24.1. Habilitação Jurídica:

24.1.1. **Empresário Individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

24.1.2. **Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU** ou sociedade identificada como **Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

24.1.3. **Sociedade Empresária Estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;

24.1.4. **Sociedade Simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

24.1.5. **Filial, Sucursal ou Agência de Sociedade Simples** ou **Empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

24.1.6. **Consorcio:** Não será permitida a partição de pessoa jurídica constituída por meio de consorcio, em razão do baixo valor e da baixa complexidade do objeto, sob pena de perder a economia de escala.

24.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

24.2.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;**

24.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de **certidão conjunta federal** expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

24.2.3. Prova de regularidade junto ao **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);**

24.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

24.2.5. Prova de inscrição no **cadastro de contribuintes municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

24.2.6. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

24.2.7. **Declaração de Inexistência de Trabalho Infantil**, em cumprimento do inciso XXXIII, da Constituição Federal.

24.2.8. Em se tratando de **filial**, os documentos de **habilitação jurídica e regularidade fiscal** deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz

24.2.9. Caso a licitante seja considerada isenta dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto da contratação, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual ou Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

24.3. Qualificação Econômico-Financeira:

24.3.1. **Certidão Negativa de Falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

24.3.2. **Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC)**, superiores a **1 (um)**, comprovados mediante a apresentação pelo licitante de **Balanço Patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais** na forma da lei.

24.3.3. Comprovar **Patrimônio Líquido (PL)** igual ou superior a **5%** do valor estimado da contratação. A exigência encontra fundamento no art. 69 da Lei nº 14.133/2021 e no Acórdão nº 2.724/2025-Plenário do Tribunal de Contas da União, considerando os riscos inerentes à execução continuada dos serviços, o fornecimento de equipamentos em regime de comodato e a necessidade de capacidade operacional e financeira mínima para assegurar a continuidade e a estabilidade da solução contratada.

24.3.4. Empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e

poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, nos termos do art. 65, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

24.3.5. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao **último exercício** no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há **menos de 2 anos**.

24.3.6. Os documentos exigidos neste item devem seguir as exigências definidas pela **Receita Federal do Brasil** para a transmissão da **Escrituração Contábil Digital - ECD** ao **SPED**.

24.3.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

24.4. Qualificação Técnico-Operacional:

24.4.1. A licitante deverá apresentar **atestado(s) de capacidade técnica** ou **documento(s) equivalente(s)**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto da contratação, consistentes na **implantação e manutenção de sistemas de Circuito Fechado de Televisão (CFTV)**, com quantitativo mínimo de **20 câmeras**, correspondente a menos de 50% da parcela considerada relevante da composição do objeto, pelo período mínimo de **12 meses**, admitida a comprovação de experiência por meio de **solução integrada de segurança eletrônica**.

24.4.1.1. Consideram-se aptos a satisfazer a exigência, a título exemplificativo e não exaustivo, contratos que envolvam implantação, manutenção e suporte de soluções de segurança eletrônica, tais como sistemas de videomonitoramento (CFTV), controle de acesso por catracas eletrônicas, controladores de acesso, reconhecimento facial e soluções correlatas, executados em órgãos públicos ou privados com múltiplos pontos de acesso e monitoramento.

24.4.1.2. A definição do **sistema de videomonitoramento (CFTV)** como **parcela de maior relevância técnica do objeto** decorre da predominância da infraestrutura associada à captura, processamento e armazenamento contínuo de imagens, envolvendo maior volume de equipamentos (câmeras, switches, NVRs, TVs, racks), tráfego de dados, capacidade de retenção de gravações, requisitos de disponibilidade e criticidade operacional, constituindo o principal componente tecnológico da solução integrada de segurança eletrônica pretendida.

24.4.1.3. Para fins de atingimento do **quantitativo mínimo** referido no **subitem anterior**, será admitida a **solução integrada de segurança eletrônica** composta, predominantemente, por *câmeras de videomonitoramento* e dispositivos de controle de acesso, tais como *catracas eletrônicas* e *controladores de acesso*, desde que inseridos em solução integrada e com operação continuada pelo período exigido.

24.4.1.4. A equivalência de **quantitativo mínimo** indicada no item anterior será aferida pela **quantidade total de dispositivos** efetivamente implantados e operados em número não inferior a **20 dispositivos**, admitida a combinação entre câmeras (quantidade predominante) e dispositivos de controle de acesso, desde que comprovada a execução de solução integrada. Para fins de referência, consideram-se equivalentes, a título exemplificativo e não exaustivo: *14 câmeras e 6 catracas; ou 12 câmeras, 4 controladores e 4 catracas; ou 15 câmeras, 3 controladores e 2 catracas*.

24.4.1.5. Será admitida a **somatória de atestados** para fins de comprovação da capacidade técnica, desde que demonstrem o atendimento aos requisitos de quantitativo mínimo e de prazo exigidos. Para fins de aferição do tempo de experiência, os períodos relativos a contratos executados de forma concomitante serão computados uma única vez, vedada a contagem em duplicidade de períodos coincidentes, ainda que decorrentes de contratos distintos.

24.4.1.6. Entende-se como **documento equivalente** mencionado no **item 24.4.1**, para fins de comprovação da capacidade técnica, aquele que contenha informações suficientes para evidenciar a execução satisfatória dos serviços exigidos.

24.4.1.7. O Contratante poderá realizar diligências para verificar a veracidade das informações constantes nos atestados apresentados, nos termos da legislação vigente.

24.4.1.8. A exigência de **quantitativo mínimo** e de **prazo de experiência** fundamenta-se na complexidade e na natureza continuada do objeto, que envolve a implantação, integração e manutenção de solução de CFTV e controle de acesso (catracas e controladores) em múltiplas unidades prediais do Contratante.

24.4.1.9. O **quantitativo** exigido e a comprovação de **experiência mínima** pelo período de **12 meses** visam assegurar que a licitante possua **capacidade técnico-operacional** compatível com a execução continuada da solução contratada, demonstrando aptidão para:

- a) Gerenciar solução integrada de segurança eletrônica distribuída em múltiplas unidades prediais, com diversos pontos de acesso e monitoramento;

- b) Implantar, integrar e manter sistemas de videomonitoramento (CFTV) e controle de acesso, assegurando funcionamento coordenado, estável e seguro;
- c) Garantir a operação contínua dos sistemas, com níveis adequados de disponibilidade, desempenho e confiabilidade operacional;
- d) Executar serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo substituição de equipamentos, ajustes de configuração, atualização tecnológica e tratamento de falhas;
- e) Prestar suporte técnico continuado, com atendimento e resolução de incidentes ao longo da execução contratual;
- f) Gerenciar infraestrutura associada à captura, processamento e armazenamento contínuo de imagens e dados gerados pela solução contratada.

24.5. A **habilitação** da licitante poderá ser comprovada por meio do **Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF)**, nos documentos por ele abrangidos.

25. DIRETRIZES DE TRANSIÇÃO CONTRATUAL

25.1. Na hipótese de extinção do contrato a Contratada deverá assegurar a continuidade e a integridade das informações armazenadas nos controladores de acesso, catracas e sistemas de videomonitoramento (CFTV), promovendo, sem ônus adicional para o Contratante, a disponibilização integral das gravações e demais dados relacionados ao objeto contratual, em formato aberto, estruturado e interoperável, que permita sua plena utilização pelo Contratante ou por eventual novo contratado.

25.2. A transferência dos dados e gravações deverá observar procedimentos que garantam a integridade, autenticidade, confidencialidade e rastreabilidade dos dados, incluindo a geração de registros de entrega (logs) e a validação pelo Contratante. Os dados deverão ser entregues em mídia adequada ou por meio seguro de transferência eletrônica, conforme definido pelo Contratante, acompanhados da documentação técnica necessária à sua leitura e utilização.

25.3. Após a conclusão da transferência e mediante autorização formal do Contratante, o Contratado deverá proceder à eliminação segura de quaisquer cópias remanescentes sob sua guarda, ressalvadas as hipóteses legais de retenção obrigatória, devendo comprovar a adoção de medidas técnicas e administrativas aptas a assegurar a exclusão definitiva dos dados.

25.4. O processo de transição contratual deverá ser conduzido de modo a não comprometer a continuidade dos serviços nem a segurança das informações, podendo o Contratante estabelecer período de convivência operacional entre a solução contratada e a nova solução, quando necessário, para assegurar a migração adequada dos dados e a manutenção da operação.

26. PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

26.1. As partes comprometem-se a observar e cumprir integralmente a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), garantindo a proteção dos direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, especialmente no que se refere ao tratamento de dados pessoais e imagens coletadas pelos sistemas de controle de acesso e Circuito Fechado de Televisão (CFTV), firmando **TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)**, conforme **Anexo III**, deste termo.

26.2. O Contratante figura como **Controlador dos dados**, cabendo-lhe as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais, enquanto o Contratado atuará exclusivamente como **Operador**, limitando-se à execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas, podendo ter acesso eventual a dados pessoais e imagens apenas quando estritamente necessário.

26.3. O acesso a dados pessoais e imagens pelo Contratado deverá ocorrer de forma excepcional, limitada ao mínimo necessário para a execução dos serviços, sendo vedada qualquer forma de tratamento, utilização, cópia, reprodução, retenção ou compartilhamento para finalidade diversa da execução contratual.

26.4. O Contratado obriga-se a assegurar a confidencialidade, integridade e segurança das informações, dados pessoais e imagens a que eventualmente tiver acesso, adotando medidas técnicas e administrativas aptas a prevenir acessos não autorizados, vazamentos, perdas ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

26.5. Sempre que possível, as atividades de manutenção deverão ser realizadas sem acesso ao conteúdo dos dados e imagens, mediante utilização de procedimentos técnicos que preservem a privacidade dos titulares, tais como anonimização, mascaramento ou acesso restrito e supervisionado.

26.6. O acesso do Contratado aos sistemas e bases de dados do Contratante, quando necessário à execução dos serviços, deverá ocorrer de forma controlada e supervisionada, utilizando credenciais individualizadas e com registro das atividades realizadas, observando os mecanismos de segurança e controle de acesso já implementados pelo Contratante.

26.7. O Contratado deverá assegurar que seus colaboradores, prepostos ou prestadores de serviço que venham a ter acesso a dados pessoais e imagens assumam compromisso formal de confidencialidade, sendo integralmente responsável por eventuais violações.

26.8. O Contratado não poderá armazenar, reter, copiar ou manter em seus próprios sistemas quaisquer dados pessoais ou imagens obtidos em razão da execução contratual, salvo quando estritamente necessário para a execução de atividade técnica específica, hipótese em que deverá garantir sua eliminação imediata após a conclusão do serviço.

26.9. O Contratado deverá manter registros das atividades de acesso realizadas no âmbito do contrato, assegurando sua disponibilização ao Contratante para fins de auditoria e fiscalização.

26.10. O Contratado deverá permitir a realização de auditorias pelo Contratante e disponibilizar, sempre que solicitado, informações e documentos que comprovem o cumprimento das obrigações previstas na LGPD e neste instrumento.

26.11. Em caso de incidente de segurança que envolva dados pessoais ou imagens, o Contratado deverá comunicar imediatamente ao fiscal do contrato, contendo, no mínimo:

- a) Identificação do responsável e ponto de contato;
- b) Data, hora, duração e forma de detecção do incidente;
- c) Descrição da natureza do incidente (acesso indevido, vazamento, perda, entre outros);
- d) Indicação das categorias de dados e imagens afetadas e estimativa de titulares envolvidos;
- e) Avaliação das possíveis consequências aos titulares;
- f) Medidas adotadas para contenção, mitigação e prevenção de novos incidentes.

26.12. Encerrado o contrato, o Contratado deverá cessar imediatamente qualquer acesso aos sistemas e dados do Contratante, não podendo manter sob sua guarda quaisquer informações, dados pessoais ou imagens obtidos em razão da execução contratual.

26.13. O Contratado responderá integralmente por danos decorrentes de acesso indevido, uso inadequado ou violação de dados pessoais e imagens, inclusive aqueles causados por seus colaboradores, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e legais aplicáveis.

26.14. O eventual acesso a dados biométricos (como reconhecimento facial) deverá observar requisitos de segurança reforçados, sendo expressamente vedada qualquer forma de coleta, armazenamento ou tratamento desses dados pelo Contratado, salvo quando estritamente necessário à manutenção do sistema e mediante autorização formal do Contratante.

27. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da presente contratação correrá por conta da seguinte dotação:

- **Unidade Gestora:** Tribunal de Contas do Estado de Roraima.
- **Projeto de Trabalho:** 01.032.002.2012.9900.
- **Fonte (s):** 1500.
- **Natureza da Despesa:** 3.3.90-39 - Outros Serviços de Terceiros PJ.

28. ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO

Elaboração	Aprovação
JOÃO THEOFILO DA ROCHA PEREIRA Chefe da Divisão de Compras e Contratos	FRANCISCO DAS CHAGAS B. PEREIRA Chefe da Coordenadoria Administrativa

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA TÉCNICA

AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RORAIMA

Processo nº Edital nº

A empresa [NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ nº [número], com sede à [endereço completo], neste ato representada por [nome do representante legal], CPF nº [número], **DECLARA**, para os devidos fins, que:

1. Optou por não realizar a vistoria técnica facultativa, prevista no edital, por decisão própria, assumindo integralmente os riscos decorrentes dessa opção, nos termos do art. 63, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

2. Possui pleno conhecimento das condições gerais e específicas dos locais de execução, incluindo todos os aspectos relevantes à implantação, configuração e operação dos equipamentos que compõem a solução de controle de acesso e monitoramento contratados em comodato.

3. Declara que considerou, para fins de elaboração de sua proposta, todos os fatores técnicos e operacionais, incluindo, mas não se limitando a:

- Infraestrutura física existente do Contratante;
- Disponibilidade e condições de rede lógica e conectividade do Contratante;
- Condições de fornecimento de energia elétrica, aterramento e proteção;
- Distâncias, pontos de instalação e eventuais pontos cegos;
- Interferências físicas e eletromagnéticas;
- Condições de acesso, segurança e logística de instalação e manutenção.

4. Declara que obteve por meios próprios todas as informações necessárias à correta formação de sua proposta, tendo analisado integralmente o edital e seus anexos técnicos.

5. Afirma que sua proposta contempla todos os custos, tributos, encargos e riscos, diretos e indiretos, necessários à execução efetiva do objeto, incluindo eventuais adaptações de infraestrutura, ajustes técnicos e dificuldades previsíveis.

6. Renuncia expressamente, de forma irrevogável e irretratável, ao direito de alegar, em qualquer fase da licitação ou da execução contratual:

- O desconhecimento das condições dos locais onde serão prestados os serviços;
- A insuficiência ou imprecisão de informações que poderiam ser verificadas por vistoria;
- As dificuldades técnicas ou operacionais previsíveis, como fundamento para pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro, aditivos contratuais, prorrogações de prazo ou qualquer excludente de responsabilidade.

7. Reconhece que a não realização da vistoria não exime a empresa de cumprir integralmente todas as obrigações contratuais, responsabilizando-se pela perfeita instalação, funcionamento e desempenho dos equipamentos e sistemas contratados em comodato.

8. Compromete-se a executar os serviços em estrita conformidade com o edital, contrato e legislação aplicável, especialmente a Lei nº 14.133/2021, garantindo a plena operacionalidade dos equipamentos e sistemas contratados em comodato.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração para todos os efeitos legais.

[Local] [Data]

[Nome do representante legal]

[Cargo]

[Nome da empresa]

ANEXO II

PROJETOS EXECUTIVOS

Compõem o objeto deste termo os seguintes projetos:

1. **Planta 1/3** - Prédio Sede Administrativa - Térreo e 1º Piso;
2. **Planta 2/3** - Prédio TCERR e CARTÓRIO/DIPLE - Térreo e 1º Piso;
3. **Planta 3/3** - Controle Externo e Presidência.

ANEXO III

TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Pelo presente instrumento, de um lado, o **TRIBUNAL DE CONTAS DE RORAIMA**, como Contratante e, de outro, a **[NOME DA EMPRESA]**, CNPJ **[000.000.000/0000-00]**, como Contratado, por si e por seus empregados, prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, resolvem firmar o presente termo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto estabelecer as regras de proteção, confidencialidade, uso e tratamento de informações, dados pessoais e imagens a que o Contratado venha a ter acesso em razão da execução dos serviços de manutenção de sistemas de controle de acesso e Circuito Fechado de Televisão (CFTV).

2. DEFINIÇÕES

2.1. Para fins deste termo, aplicam-se as definições constantes da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), especialmente:

- a) **Dado pessoal:** informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;
- b) **Dado pessoal sensível:** dado sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, dado biométrico, entre outros;
- c) **Controlador:** pessoa jurídica a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;
- d) **Operador:** pessoa jurídica que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;
- e) **Tratamento:** toda operação realizada com dados pessoais, como acesso, coleta, uso, armazenamento, entre outros.

3. CONDIÇÃO DAS PARTES

3.1. O Contratante atuará como **Controlador** dos dados pessoais, enquanto o Contratado atuará como **Operador**, limitando-se ao tratamento de dados estritamente necessário à execução contratual.

4. OBRIGAÇÕES DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

4.1. O Contratado obriga-se a manter absoluto sigilo sobre todas as informações, dados pessoais, imagens e bases de dados a que tiver acesso, direta ou indiretamente, em razão da execução contratual.

4.2. É vedado ao Contratado colher, divulgar, reproduzir, utilizar, compartilhar ou dar conhecimento a terceiros das informações obtidas, salvo mediante autorização expressa do Contratante ou por obrigação legal.

4.3. O dever de sigilo subsistirá mesmo após o encerramento do contrato, por prazo indeterminado.

5. LIMITAÇÃO DE USO DAS INFORMAÇÕES

5.1. O Contratado compromete-se a utilizar os dados pessoais e imagens exclusivamente para a execução dos serviços contratados, sendo vedado seu uso para qualquer outra finalidade.

5.2. O acesso aos dados deverá ocorrer apenas quando estritamente necessário, devendo ser evitado sempre que possível por meio de procedimentos técnicos que preservem a privacidade.

6. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

6.1. O Contratado deverá adotar medidas técnicas e administrativas adequadas para proteger os dados pessoais e imagens que eventualmente tenha acesso contra acessos não autorizados, vazamentos, perda, alteração ou qualquer forma de tratamento inadequado.

6.2. O acesso aos sistemas implantados deverá ocorrer de forma controlada, com credenciais individualizadas e rastreabilidade das ações realizadas.

7. RESPONSABILIDADE POR TERCEIROS

7.1. O Contratado é responsável por assegurar que seus empregados, colaboradores e prestadores de serviço cumpram integralmente as obrigações deste termo.

7.2. Todos os envolvidos deverão firmar compromisso individual de confidencialidade.

8. VEDAÇÃO DE ARMAZENAMENTO INDEVIDO

8.1. O Contratado não poderá armazenar, reter ou manter cópias de dados pessoais ou imagens fora dos sistemas do Contratante.

8.2. Caso haja necessidade técnica temporária de retenção, os dados deverão ser eliminados imediatamente após a conclusão da atividade.

9. INCIDENTES DE SEGURANÇA

9.1. O Contratado deverá comunicar imediatamente ao Contratante qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais ou imagens.

9.2. A comunicação deverá conter, no mínimo:

- a) Descrição do incidente;
- b) Data e hora da ocorrência;
- c) Dados afetados;
- d) Medidas adotadas;
- e) Possíveis impactos.

10. AUDITORIA E COMPROVAÇÃO

10.1. O Contratado deverá disponibilizar ao Contratante, sempre que solicitado, informações e documentos que comprovem o cumprimento das obrigações previstas neste termo.

10.2. O Contratante poderá realizar auditorias para verificação da conformidade com a LGPD.

11. ENCERRAMENTO DO TRATAMENTO

11.1. Encerrado o contrato, o Contratado deverá cessar imediatamente qualquer acesso aos dados pessoais e imagens.

11.2. Fica vedada a manutenção de quaisquer dados eventualmente sob sua guarda após o término da relação contratual.

12. RESPONSABILIDADES E SANÇÕES

12.1. O Contratado responderá integralmente por danos decorrentes do tratamento inadequado ou ilícito de dados pessoais e imagens que eventualmente tiver acesso em razão da relação contratual.

12.2. O descumprimento das obrigações previstas neste termo poderá ensejar a aplicação de sanções administrativas, civis e legais cabíveis.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Este termo integra para todos os fins o contrato administrativo celebrado entre as partes.

13.2. Aplicam-se subsidiariamente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e demais normas pertinentes, no que couber.

Boa Vista/RR, ... de de 2026

[Nome do representante legal] Diretor de Gestão Administrativa e Financeira Tribunal de Contas de Roraima	[Nome do representante legal] Sócio-Administrador [Razão Social do Contratado]
--	---

ANEXO II – DO EDITAL

MODELO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

REF: Licitação nº 003/2026- Pregão Eletrônico

Prezados Senhores,

Estamos cotando o **ITEM**, a seguir relacionado, com vista ao seu fornecimento ao Tribunal de Contas do Estado de Roraima/Boa Vista/RR, de acordo com o disposto na Lei no. 14.133, de 01 de abril de 2021.

ITEM					
Item	Descrição dos Produtos/Serviços	Unid.	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Global R\$
1	Contratação de serviços continuados de segurança eletrônica, mediante a disponibilização de solução integrada de controle de acesso de pessoas e veículos e de videomonitoramento, compreendendo o fornecimento, em regime de comodato, de catracas eletrônicas, controladores de acesso, sistema de circuito fechado de televisão (CFTV) e portão eletrônico, incluindo equipamentos, materiais de consumo e licenças de uso de softwares de gerenciamento, bem como a execução dos serviços de instalação, configuração, integração, testes, operação assistida, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico e atualização tecnológica, visando assegurar o funcionamento contínuo e adequado da solução em todos os prédios pertencentes ao Tribunal de Contas de Roraima.	Mês	36		
Valor Total Estimado da Contratação R\$					

Valor numérico e por extenso: Valor Total da Proposta R\$:

Validade da Proposta: _____ dias (MÍNIMO DE 60 DIAS CORRIDOS)

Prazo de Pagamento: até o **10 dias úteis** após o atesto da nota fiscal no TCE/RR.

Empresa: _____

Endereço: _____ Bairro: _____

CEP: _____ Fone/Fax: _____ / _____

Email: _____

Inscrição Estadual: _____ Nº. Conta

Corrente: _____ Nº. Agência: _____ Banco: _____

Declaração: Estão incluídos todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, de transporte, entrega e outros de qualquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita contratação do objeto da licitação.

(*) Os valores máximos individuais e totais dos itens estão descritos no Anexo I Do Edital.

Boa Vista, _____ de _____ de 2026.

Assinatura e Identificação do Representante

ANEXO III - DO EDITAL

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PRÁTICAS DE NEPOTISMO

“DECLARAÇÃO”

Ref.: Licitação nº 003/2026- Pregão Eletrônico - Processo SEI nº 001623/2026.

A empresa, inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o Sr....., portador da carteira de identidade nº..... e do CPF nº, **DECLARA**, especialmente para a **Licitação nº 003/2026- Pregão Eletrônico - Processo SEI nº 001623/2026**, que em seu quadro societário não compõe nenhum integrante que sejam Sócios cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou Conselheiros vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento, conforme dispõe o art. 2º, inciso V, da Resolução CNJ n. 7.

Boa Vista-RR, _____ de _____ de 2026.

(representante legal)

ANEXO IV - DO EDITAL

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 001623/2026

CONTRATANTE
- TRIBUNAL
DE CONTAS
DO ESTADO
DE
RORAIMA,
pessoa jurídica
de direito
público, com
sede na Rua.
Prof. Agnelo
Bitencourt, nº
126, centro,
nesta capital,
inscrito no
CNPJ nº
84.008.440/0001-
85, neste ato

representado
pelo Senhor
**Amélio Valmir
Martini
Machado,**
Diretor de
Gestão
Administrativa e
Financeira,
autorizado por
meio da Portaria
nº
60/2025/TCE-
RR.

CONTRATADA
– **(inserir
nome)**, pessoa
jurídica de
direito privado,
inscrita no
CNPJ nº (inserir
dados),
estabelecida
comercialmente
na (inserir
endereço do
estabelecimento),
neste ato
representada
pelo (inserir
denominação),
Senhor(a)
(inserir nome),
portador do CPF
nº (inserir
dados) e RG nº
(inserir dados).

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA, MEDIANTE A DISPONIBILIZAÇÃO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE CONTROLE DE ACESSO DE PESSOAS E VEÍCULOS E DE VIDEOMONITORAMENTO, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO, EM REGIME DE COMODATO, DE CATRACAS ELETRÔNICAS, CONTROLADORES DE ACESSO, SISTEMA DE CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO (CFTV) E PORTÃO ELETRÔNICO, INCLUINDO EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE CONSUMO E LICENÇAS DE USO DE SOFTWARES DE GERENCIAMENTO, BEM COMO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, INTEGRAÇÃO, TESTES, OPERAÇÃO ASSISTIDA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, SUPORTE TÉCNICO E ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA, VISANDO ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO E ADEQUADO DA SOLUÇÃO EM TODOS OS PRÉDIOS PERTENCENTES AO TRIBUNAL DE CONTAS DE RORAIMA.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DESCRIÇÃO DO OBJETO E VALORES ESTIMADOS

2.1. A presente contratação é de R\$...

2.2. Seguem a abaixo as especificações e quantidade dos itens que compõem o objeto:

Item	Descrição do Objeto	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Global R\$
1	Contratação de serviços continuados de segurança eletrônica, mediante a disponibilização de solução integrada de controle de acesso de pessoas e veículos e de videomonitoramento, compreendendo o fornecimento, em regime de comodato, de catracas eletrônicas, controladores de acesso, sistema de circuito fechado de televisão (CFTV) e portão eletrônico, incluindo equipamentos, materiais de consumo e licenças de uso de softwares de gerenciamento, bem como a execução dos serviços de instalação, configuração, integração, testes, operação assistida, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico e atualização tecnológica, visando assegurar o funcionamento contínuo e adequado da solução em todos os prédios pertencentes ao Tribunal de Contas de Roraima.	Mês	36		
Valor total da Contratação R\$					

3. CLÁUSULA TERCEIRA - REGIME DE EXECUÇÃO

O objeto do presente termo será executado de forma indireta, sob o regime de **empreitada por preço global**, que decorre da natureza integrada da solução em comodato.

4. CLÁUSULA QUARTA - FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços deverão ser prestados de forma contínua, mediante a disponibilização de solução integrada de controle de acesso de pessoas e veículos e sistema de Circuito Fechado de Televisão (CFTV), em regime de comodato, incluindo o fornecimento de todos os equipamentos, licenças de software, materiais, infraestrutura e serviços necessários à sua plena operacionalização, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. Fornecimento, instalação, configuração, integração e testes de todos os equipamentos, softwares e demais componentes da solução, assegurando sua plena operacionalização, incluindo toda a infraestrutura necessária, como tubulação, suportes, cabeamento estruturado, interligações e ajustes de funcionamento;

4.1.2. Assegurar a entrega da solução em pleno funcionamento, mediante a realização de testes, validações e aceite formal pelo Contratante, como condição para o início da fase operacional;

4.1.3. Executar operação assistida pelo período mínimo de 10 dias após a implantação, com acompanhamento técnico destinado à estabilização da solução e à orientação dos servidores responsáveis;

4.1.4. Fornecer treinamento operacional aos servidores indicados pelo Contratante, abrangendo a utilização da solução, configurações básicas e boas práticas de operação;

4.1.5. Proceder o cadastramento da biometria e perfis dos usuários (fotos e dados de identificação) nos sistemas de controle de acesso;

4.1.6. Entregar de documentação técnica completa da solução, incluindo manuais, diagramas, topologia do sistema de CFTV, identificação dos equipamentos instalados e orientações para operação e manutenção;

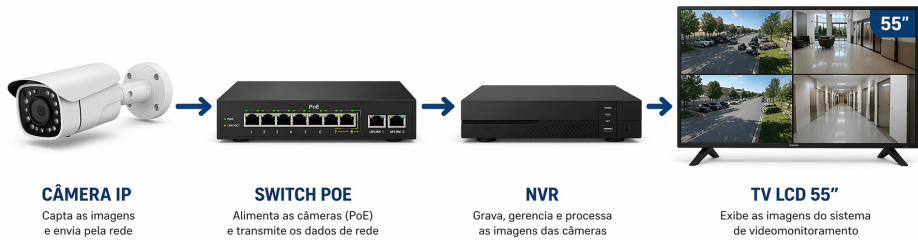
4.1.7. Prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva pelo prazo de 36 meses, abrangendo substituição de equipamentos, peças e componentes, atualização de firmware e software, observados os prazos e níveis de serviço definidos;

4.1.8. Realizar manutenções preventivas periódicas, com frequência mínima trimestral, contemplando inspeção, limpeza, testes de funcionamento, ajustes técnicos e emissão de relatórios detalhados;

4.1.9. Disponibilizar suporte técnico especializado, de forma presencial e/ou remota, durante toda a vigência contratual, com atendimento em dias úteis e regime de plantão para ocorrências críticas em finais de semana e feriados;

4.1.10. Disponibilizar canal de atendimento para abertura e acompanhamento de chamados técnicos, por meio de telefone e correio eletrônico, assegurando o registro, a classificação, o acompanhamento e a rastreabilidade das ocorrências;

- 4.1.11. Cumprir os níveis mínimos de serviço estabelecidos no Acordo de Nível de Serviço, especialmente quanto aos prazos de atendimento, solução de incidentes e à disponibilidade da solução;
- 4.1.12. Apresentar relatórios mensais de prestação de serviços, contendo, no mínimo, o registro de chamados, tempos de atendimento e solução, indisponibilidades, manutenções realizadas, para fins de medição e pagamento;
- 4.1.13. Substituir, nos prazos definidos no Acordo de Nível de Serviço, quaisquer equipamentos, componentes ou materiais que apresentem falhas, defeitos ou desempenho inadequado, sem ônus adicional para o Contratante;
- 4.1.14. Assegurar a atualização tecnológica da solução, limitada a melhorias de firmware, software e compatibilidade, sem alteração do escopo contratado;
- 4.1.15. Garantir que a solução utilize padrões tecnológicos abertos e interoperáveis, evitando dependência tecnológica excessiva de fornecedor específico;
- 4.1.16. Disponibilizar profissionais qualificados e devidamente treinados para execução dos serviços, responsabilizando-se por sua conduta técnica e disciplinar;
- 4.1.17. Responsabilizar-se por eventuais danos causados aos equipamentos, sistemas, instalações ou à infraestrutura do Contratante, quando decorrentes de ação ou omissão de seu preposto;
- 4.1.18. Assumir responsabilidade integral pela integridade, disponibilidade, funcionamento e desempenho da solução, incluindo todos os equipamentos e softwares disponibilizados em regime de comodato;
- 4.1.19. Manter inventário atualizado de todos os equipamentos, softwares e ativos instalados, com identificação, localização e estado de funcionamento;
- 4.1.20. Assegurar a realização de rotinas de backup local e recuperação de configurações e dados da solução, conforme boas práticas;
- 4.1.21. Assegurar a gravação, retenção e integridade das imagens captadas pelo sistema de CFTV pelo prazo mínimo de 90 dias, contados da data de sua captura, devendo ser armazenadas em meio seguro, controle de acesso e proteção contra perda, alteração ou exclusão não autorizada, garantindo sua pronta recuperação sempre que necessário;
- 4.1.22. Observar integralmente as disposições relativas à proteção de dados pessoais e imagens, nos termos da legislação aplicável e das cláusulas contratuais pertinentes, especialmente quanto ao acesso e confidencialidade das informações a que tiver acesso em razão da execução contratual, conforme **item 20**, deste termo.
- 4.1.23. A topologia padrão do sistema de CFTV será a seguinte:



5. CLÁUSULA QUINTA - ESTIMATIVA DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

5.1. Segue abaixo a quantidade de equipamentos, produtos e serviços estimados, que compõe de forma global o serviço descrito no **item 2**, deste termo para fins de composição de custos:

Materiais e Equipamentos

Item	Descrição dos Equipamentos	Sede Administrativa	TCERR/DIPLE	Presidência	Controle Externo	Total
1	Câmera Dome IP 4mp 20m	3	2	1	2	8
2	Câmera Bullet IP 4mp 20m	6	10	6	13	35

3	Câmera Bullet IP 4mp LPR 40m	3	2	-	1	6
4	Gravador Digital NVR 16 canais, incluso HD de 10Tb	1	2	1	1	5
5	Smartv de 55" 4K	1	2	1	1	5
6	Switch PoE 16 portas, padrão IEEE 802.3af/at	1	2	1	1	5
7	Catraca Eletrônica Swing Barrier com leitor facial (Lado esquerdo + Lado direito)	-	2	1	1	4
8	Catraca Eletrônica Swing Barrier com leitor facial (Lado esquerdo + Meio + Lado direito)	1	1	-	1	3
9	Conjunto controlador de acesso com reconhecimento facial, composto por 2 controladores faciais de 7" (entrada e saída), fonte de alimentação de 12v independente, fechadura eletromagnética de sobrepôr para porta em MDF.	1	7	-	3	11
10	Nobreak 1.800VA	2	4	2	2	10
11	Conjunto motor eletrônico tipo industrial, capacidade de 800kg, composto por cremalheiras de 4m, limitadores de curso e 10 controles remoto	-	1	-	1	2
12	Conjunto Rack aéreo de 7U, composto por organizador de cabos, bandeja, calha de tomadas, patch panel de 16 portas, 16 patch cords de 20cm, demais acessórios e fixadores	1	2	1	1	5
13	Cabo UTP CAT6 (Caixa com 305m)	2	3	2	2	9
14	Caixa de passagem em alumínio 20x20cm	16	16	3	15	50
15	Eletroduto PVC de 3/4" (m)	275	390	105	455	1.225
16	Abraçadeira em metal para eletroduto de PVC de 3/4", incluso parafusos e buchas	275	390	105	455	1.225
17	Conector RJ45	25	50	25	25	125


Serviços



Item	Descrição dos Serviços	Unid.	Quantidade
1	Serviços de instalação, configuração e testes de equipamentos e sistemas	Serviço	1



2	Serviços de treinamento/operacionalização dos equipamentos (4 horas)	Serviço	1
3	Serviços de manutenção preventiva/corretiva	Mês	36
4	Licença de uso software de gerenciamento de vídeo (VMS) para, no mínimo, 50 câmeras tipo IP, pelo período de 36 meses	Licença	1
5	Licença de uso de software de controle de acesso para, no mínimo, 7 catracas eletrônicas e 22 controladores de acesso com reconhecimento facial, pelo período de 36 meses	Licença	1

5.2. Os materiais de consumo relacionados nos **itens 13 a 17** foram relacionados por representarem aqueles de maior impacto estimado no custo da execução dos serviços. Ressalta-se, contudo, que a relação apresentada possui caráter meramente exemplificativo quanto aos principais insumos, não sendo exaustiva. Assim, compete à licitante considerar, na elaboração de sua proposta, todos os demais materiais de consumo necessários à completa e adequada execução dos serviços, ainda que não expressamente mencionados neste instrumento, devendo os respectivos custos estar integralmente contemplados na composição de preços ofertada.



5.3. Os **equipamentos** relacionados nos **itens 1 a 12** e as **licenças de uso** relacionadas nos **itens 4 e 5** acima deverão possuir, no mínimo, as seguintes especificações e funcionalidades abaixo, com preferência nas marcas recomendadas:



Item	Tipo de Equipamento / Serviço	Especificações / Funcionalidades	Marcas/Modelos de Referência
1	Câmera Dome IP	Câmera IP do tipo Dome , com resolução mínima de 4 MP, adequada para sistemas de CFTV, com alcance mínimo de 20 metros, uso interno, proteção IP66, modo noturno por meio de iluminação infravermelha integrada, compatível com padrão ONVIF e compressão H.265 ou superior, dotada de lente fixa, interface de rede Fast/Gigabit Ethernet, alimentação via PoE (IEEE 802.3af/at), recursos de ajuste de imagem, funcionamento contínuo 24x7 e plena compatibilidade com NVR, devendo ser fornecida nova, de primeiro uso, com suporte e todos os acessórios necessários à instalação e operação do equipamento.	<p>Intelbras Hikvision</p>  <p>Imagem Ilustrativa</p>

2	Câmera Bullet IP	<p>Câmera IP do tipo Bullet com resolução mínima de 4 MP, adequada para sistemas de CFTV, com alcance mínimo de 20 metros, uso externo, proteção IP67, modo noturno por meio de iluminação infravermelha integrada, compatível com padrão ONVIF e compressão H.265 ou superior, permitindo ajuste de ângulo de visão e foco, possuindo interface de rede Fast/Gigabit Ethernet, alimentação via PoE (IEEE 802.3af/at), recursos de ajuste de imagem, funcionamento contínuo 24x7 e plena compatibilidade com NVR, devendo ser fornecida nova, de primeiro uso, com suporte e todos os acessórios necessários à instalação e operação do equipamento.</p>	<p>Intelbras Hikvision</p>  <p>Imagem Ilustrativa</p>
3	Câmera Bullet LPR	<p>Câmera IP do tipo Bullet LPR para leitura automática de placas veiculares, com resolução mínima de 4 MP, alcance mínimo de 40 metros, uso externo, proteção IP67, dotada de tecnologia de captura otimizada para veículos em movimento, com alcance adequado para leitura diurna e noturna, incluindo iluminação infravermelha integrada, obturador ajustável e compensação de iluminação para ambientes com variação luminosa, compatível com padrão ONVIF e compressão H.265 ou superior, devendo possuir interface de rede Gigabit Ethernet, alimentação via PoE (IEEE 802.3af/at), capacidade de integração com NVR com função LPR, funcionamento contínuo 24x7, devendo ser fornecida nova, de primeiro uso, com suporte e todos os acessórios necessários à instalação e operação do equipamento.</p>	<p>Intelbras Hikvision</p>  <p>Imagem Ilustrativa</p>

4	Gravador Digital NVR	<p>Gravador de vídeo em rede (NVR) com software de gerenciamento de vídeo (VMS) embarcado, função de reconhecimento de placas veiculares (LPR) embarcada, com capacidade mínima para 16 (dezesseis) canais IP, suportando resolução de até 8 MP (4K) por canal, compatível com padrão ONVIF (suportando, no mínimo, o Profile S, sendo recomendável compatibilidade com o Profile T) e compressão H.265 ou superior, devendo permitir leitura automática de placas, registro e consulta por placa, data e horário, com largura de banda igual ou superior a 256 Mbps, 2 (duas) interfaces de rede Gigabit Ethernet RJ45, saída de vídeo HDMI, suporte para no mínimo 2 (dois) discos rígidos SATA de 10TB, devendo possuir embarcado 1 (um) disco de 10TB, acesso remoto via rede e funcionamento contínuo 24x7, devendo ser fornecido novo, de primeiro uso, com todos os acessórios necessários à instalação e operação do equipamento.</p>	<p>Intelbras Hikvision</p>  <p>Imagem Ilustrativa</p>
5	Smart TV de 55"	<p>Smart TV com tela de 55 polegadas, resolução 4K UHD (3840 x 2160) ou superior, tecnologia de painel LED ou equivalente, com conectividade Wi-Fi e Ethernet integrada, sistema operacional com acesso a aplicativos de streaming, no mínimo 3 (três) entradas HDMI e 2 (duas) portas USB, áudio integrado com potência compatível ao porte do equipamento, controle remoto incluso, alimentação bivolt automática, devendo ser fornecida nova, de primeiro uso, com todos os acessórios necessários à instalação e pleno funcionamento.</p>	<p>Samsung LG</p>  <p>Imagem Ilustrativa</p>

6	Switch PoE	<p>Switch de rede gerenciável com suporte a Power over Ethernet (PoE), dotado de, no mínimo, 16 (dezesesseis) portas RJ-45 10/100/1000 Mbps compatíveis com os padrões IEEE 802.3af/at (PoE/PoE+), com fornecimento de até 30W por porta e potência total mínima de 200W, devendo possuir, adicionalmente, ao menos 2 (duas) portas uplink Gigabit (RJ-45 e/ou SFP), capacidade de comutação mínima de 36 Gbps, suporte a VLAN (IEEE 802.1Q), QoS e IGMP Snooping, gerenciamento via interface web e/ou SNMP, proteção contra surtos e sobrecarga nas portas PoE, funcionamento contínuo 24x7, alimentação bivolt automático (100–240V), compatibilidade com os protocolos TCP/IP (IPv4/IPv6) e pleno atendimento às demandas de alimentação e tráfego de dados dos dispositivos do sistema de CFTV, devendo ser fornecido novo, de primeiro uso, com todos os acessórios necessários à sua instalação e operação.</p>	<p>TP-Link Intelbras</p>  <p>Imagem Ilustrativa</p>
7	<p>Catracas Eletrônicas com reconhecimento facial, sendo a estrutura com 1 ou duas passagens (LE-LD) ou (LE-M-LD).</p>	<p>Catracas eletrônicas do tipo swing barrier (portão swing gate), incluso controlador/terminal de acesso integrado com tecnologia de identificação por reconhecimento facial com tela de 7" ou embarcado no equipamento, interface de rede ethernet e/ou wi-fi, podendo operar também com cartão e/ou senha, fluxo bidirecional, largura de passagem de 600 a 650mm, estrutura em aço inox ou alumínio, uso intenso, flaps em acrílico ou material equivalente, capacidade de cadastro de, no mínimo, 10.000 faces/usuários e registro de eventos, devendo possuir mecanismo bidirecional, abertura automática mediante autenticação válida, sensores de segurança para detecção de passagem e prevenção de acidentes, compatibilidade com protocolos de integração, funcionamento contínuo 24x7, alimentação elétrica bivolt, sistema de liberação automática em caso de falta de energia, devendo ser fornecida nova, de primeiro uso, com todos os acessórios necessários à instalação e operação do equipamento.</p>	<p>Hikvision DS-K3B411</p>  <p>Intelbras Gate 9200</p>  <p>Imagem Ilustrativa</p>

8	Conjunto Controlador de Acesso com reconhecimento facial (entrada e saída)	<p>Conjunto controlador de acesso para portas em MDF com reconhecimento facial, composto por 2 (dois) controladores de acesso (entrada e saída) com tecnologia de identificação por reconhecimento facial com tela de LCD de 7" ou superior, fechadura eletromagnética de sobrepor para porta em MDF, fonte de alimentação de 12v independente, sensor magnético para monitoramento do estado da porta, licença de software de gerenciamento devendo permitir o cadastro e gerenciamento de usuários, definição de perfis e níveis de acesso, parametrização de horários e áreas restritas, registro e armazenamento de eventos (logs auditáveis), bem como o monitoramento em tempo real das entradas e saídas, devendo o conjunto permitir o acionamento automático da fechadura mediante autenticação válida, possuir interface de rede Ethernet e/ou Wi-Fi, compatibilidade com protocolos de integração, funcionamento contínuo 24x7, devendo ser fornecido o conjunto novo, de primeiro uso, com todos os cabos, suportes e acessórios necessários à instalação e operação do equipamento.</p>	<p>Hikvision Dahua Technology Control iD Intelbrás</p>  <p>Imagem Ilustrativa</p>
9	Nobreak	<p>Nobreak com potência de 1.800 VA (mínima), tecnologia line-interactive ou superior, entrada e saída bivolt automático (100–240V), com no mínimo 6 (seis) tomadas de saída padrão brasileiro (NBR 14136), proteção contra surtos, subtensão, sobretensão e sobrecarga, estabilização interna de tensão, tempo de comutação compatível com equipamentos eletrônicos sensíveis, autonomia mínima suficiente para desligamento seguro dos equipamentos conectados, bateria interna selada e recarregável, possibilidade de expansão com baterias externas (quando aplicável), sinalização visual e sonora de status e funcionamento contínuo 24x7, devendo ser fornecido novo, de primeiro uso, com todos os acessórios necessários à instalação e operação do equipamento.</p>	<p>Intelbras SMS TS Shara</p>  <p>Imagem Ilustrativa</p>

10	Conjunto Motor Eletrônico Industrial	<p>Conjunto motor para portão eletrônico, uso industrial pesado, com capacidade nominal mínima de 800kg, do tipo eletromecânico, destinado a operação intensiva, com alimentação elétrica compatível com a rede local, dotado de sistema de partida e parada suave (soft start/stop) ou tecnologia equivalente, redutor com engrenagens metálicas de alta resistência, grau de proteção mínimo IPX4 para uso externo, sistema de destravamento manual em caso de falta de energia, acompanhado de central de comando microprocessada que permita programação de tempo de abertura e fechamento, ajuste de força, fechamento automático e integração com dispositivos de segurança (fotocélulas ou equivalentes) o conjunto deverá incluir, no mínimo, motor, central eletrônica, 10 controles remoto, cremalheira, conjunto de fim de curso, base de fixação e demais componentes necessários à completa instalação e funcionamento do equipamento.</p>	<p>PPA Rossi Garen</p>  <p>Imagem Ilustrativa</p>
11	Rack aéreo 7U	<p>Conjunto rack aéreo padrão 7U para telecomunicações, tipo fechado, para fixação em parede, confeccionado em estrutura metálica resistente com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática, dotado de porta frontal com visor em acrílico ou vidro temperado e fechadura com chave, laterais removíveis para acesso técnico, compatível com padrão 19", profundidade mínima de 450 mm, com sistema de ventilação passiva (aberturas superiores e inferiores) e possibilidade de instalação de ventilação ativa, acompanhado de organizador de cabos horizontal, patch panel de 16 portas padrão RJ-45 (categoria mínima Cat.6 ou superior), guias de cabos, bandeja, calha de tomadas, incluindo ainda patch cords de 20cm em quantidade compatível com as portas do patch panel com conectores RJ-45, bem como todos os acessórios de fixação e montagem, tais como parafusos, porcas gaiola e suportes, devendo ser fornecido novo, de primeiro uso, completo e pronto para instalação.</p>	<p>Intelbras Furukawa</p>  <p>Imagem Ilustrativa</p>

12	Software Gerenciamento de CFTV	<p>Licença de uso de software de gerenciamento de vídeo (VMS) para sistema de CFTV IP, compatível com padrão ONVIF, destinado à visualização, gravação, reprodução e administração centralizada de, no mínimo, 50 câmeras, devendo permitir monitoramento em tempo real, reprodução de imagens gravadas com busca por data, hora, evento e dispositivo, configuração de gravação contínua e por detecção de movimento, suporte a múltiplos usuários com diferentes níveis de acesso, registro de logs de operação, integração com dispositivos como NVRs e câmeras inteligentes (incluindo LPR), acesso remoto via interface web e/ou aplicativo, suporte a múltiplos monitores (quando aplicável), devendo ser fornecido o licenciamento completo e suficiente para o pleno funcionamento de todos os dispositivos e funcionalidades durante toda a vigência contratual, sem limitações que comprometam sua operação, incluindo atualizações, suporte técnico e documentação necessária à sua utilização.</p>	<p>Milestone Systems Digifort Genetec</p>
----	--------------------------------	--	---

13	Software de Controle de Acesso (catracas e controladores de acesso)	<p>Licença de uso de software de controle de acesso do tipo plataforma centralizada e integrada, para uso nas recepções do prédios atendidos, destinado ao gerenciamento unificado de catracas eletrônicas e controladores de acesso em portas, independentemente da tecnologia de identificação utilizada (reconhecimento facial, biometria, cartões RFID, QR Code ou equivalentes), devendo permitir o cadastro e gerenciamento de, no mínimo, 20.000 usuários, incluindo dados biométricos e/ou faciais, definição de perfis e níveis de acesso, parametrização de regras, horários e áreas restritas, bem como o registro, armazenamento e consulta de eventos (logs auditáveis) de entrada e saída, com rastreabilidade das operações realizadas. O sistema deverá possibilitar o monitoramento em tempo real dos dispositivos, a geração de relatórios operacionais e gerenciais, a administração remota (bloqueio, liberação e configuração), além de suportar base de dados única e gerenciamento centralizado, ainda que os dispositivos estejam distribuídos em diferentes unidades físicas. Deverá operar em arquitetura web, cliente-servidor ou solução equivalente, com acesso seguro, controle de permissões por usuário e comunicação protegida por criptografia, permitindo operação em rede local e/ou ambiente em nuvem, sem dependência exclusiva de conexão com a internet. A solução deverá ser escalável, interoperável e compatível com padrões abertos de mercado, devendo ser fornecido com licenciamento completo e suficiente para o pleno funcionamento de todos os dispositivos e funcionalidades durante toda a vigência contratual, sem limitações que comprometam sua operação, incluindo atualizações, suporte técnico e documentação necessária à sua utilização.</p>	Hikvision Intelbras
----	---	---	------------------------

5.4. As **marcas indicadas** possuem caráter meramente referencial de qualidade, admitindo-se o fornecimento de produtos equivalentes ou superiores, desde que comprovado o atendimento integral às especificações técnicas mencionadas.

6. CLÁUSULA SEXTA - VISTORIA TÉCNICA

6.1. Os locais onde serão prestados os serviços poderão ser vistoriados, a critério das licitantes, com antecedência mínima de **1 dia útil** da sessão pública, devendo-se proceder o agendamento tempestivo da visita junto à **Divisão**

de Engenharia, por meio dos contatos: (95) 2121-4455 ou e-mail: dieng@tcerr.tc.br.

6.2. A vistoria deverá ocorrer no horário compreendido de **7:30 às 13:00 horas**, em **dias úteis**.

6.3. Para as licitantes que realizarem a vistoria será entregue o **ATESTADO DE VISTORIA**, para fins de habilitação.

6.4. Caso a licitante vencedora não tenha realizado a visita técnica deverá apresentar, em substituição ao atestado de vistoria, a **DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA TÉCNICA** assinada pelo representante legal, conforme modelo contido no **Anexo I**, deste termo.

6.5. Alerta-se as licitantes que, embora facultativa, a realização de vistoria técnica é recomendável, a fim de possibilitar o prévio conhecimento das condições dos locais de execução dos serviços, especialmente quanto à infraestrutura existente, rotas para passagem de tubulações e lançamento de cabos, características construtivas e demais condições que possam influenciar na formulação da proposta e na execução contratual, não sendo admitidas posteriormente alegações de desconhecimento para fins de alteração da proposta ou revisão contratual.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (ANS)

7.1. O atendimento de ocorrências relativas a falhas de funcionamento dos equipamentos e sistemas que compõem os serviços objeto deste termo deverá ocorrer mediante abertura de **chamado técnico**, por meio de canal de atendimento **via telefone e/ou e-mail** disponibilizado para registro, acompanhamento e controle das solicitações.

7.2. Os chamados técnicos poderão ser abertos em **dias úteis**, no período compreendido entre **08h00 e 18h00**, sendo que os prazos para atendimento e solução serão computados também em **dias úteis**, desconsiderando-se os finais de semana e feriados.

7.3. Eventualmente, em **situações excepcionais**, poderá ser requerido ao preposto atendimento técnico nos **finais de semana ou feriados**, a depender da necessidade e a critério do fiscal do contrato, situação que será resolvida de comum acordo.

7.4. Cada chamado técnico deverá receber número de protocolo, contendo registro da data e hora de abertura, identificação do solicitante, descrição da ocorrência, classificação da severidade e registro das ações realizadas até a sua solução.

7.5. Os chamados técnicos serão classificados conforme os **níveis de severidade**, observando-se os **prazos máximos** para início de atendimento e para solução da ocorrência, conforme tabela a seguir:

Severidade	Tempo máximo para início de atendimento	Tempo máximo para solução
Informativa	até 6 horas	até 24 horas
Normal	até 4 horas	até 12 horas
Crítica	até 2 horas	até 8 horas

7.6. Para fins de classificação dos chamados, considera-se:

7.6.1. **Severidade Informativa:** solicitações relacionadas a esclarecimentos técnicos complexos, orientações de configuração ou operação dos sistemas e equipamentos.

7.6.2. **Severidade Normal:** situação em que haja funcionamento parcial ou falha que não comprometa integralmente o funcionamento dos sistemas ou equipamentos;

7.6.3. **Severidade Crítica:** situação em que a inoperância comprometa totalmente o funcionamento dos sistemas ou inviabilize a operação dos equipamentos;

7.7. O prazo para início de atendimento será contado a partir da abertura do chamado técnico, e o prazo para solução será contado a partir do registro do início efetivo do atendimento pela contratada.

7.8. Os prazos do ANS ficarão suspensos durante o período em que a execução dos serviços ou a solução da ocorrência depender de providência atribuída ao Contratante, de indisponibilidade de infraestrutura predial, energia elétrica, conectividade, caso fortuito, força maior ou ação de terceiros.

7.9. O encerramento do chamado somente deverá ocorrer após a verificação da solução do problema e confirmação da normalização do serviço, devendo ser acompanhado pela fiscalização do contrato.

7.10. Glosas decorrentes do descumprimento do ANS:

7.10.1. O descumprimento dos prazos máximos de solução de chamados estabelecidos ensejará aplicação de **glosa sobre o valor mensal** dos serviços, conforme a classificação de severidade do incidente, nos seguintes termos:

a) **0,1% do valor mensal dos serviços por hora de atraso** na solução de chamados classificados com severidade **informativa**.

b) **0,3% do valor mensal dos serviços por hora de atraso** na solução de chamados classificados com severidade **normal**.

c) **0,5% do valor mensal dos serviços por hora de atraso** na solução de chamados classificados com severidade **crítica**.

7.10.2. A contagem do tempo de atraso terá início a partir do término do prazo máximo de solução para cada nível de severidade.

7.10.3. Para fins de apuração de tempo a ser glosado, será considerado apenas horas completas, descartando-se as frações.

7.10.4. As eventuais glosas mensais não caracterizam sanções administrativas, são apenas adequações pelo não atendimento dos parâmetros previamente estabelecidos.

7.10.5. As glosas mensais aplicadas em decorrência do descumprimento dos níveis de serviço previstos neste ANS ficam limitadas a 10% do valor mensal da contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis nos casos de inexecução total ou parcial do contrato.

7.10.6. Equipamentos que registrarem mais de **três manutenções corretivas** no prazo de **dois meses** deverão ser substituídos por novos.

8. CLÁUSULA OITAVA - PARCELAMENTO DO OBJETO

O objeto da contratação é considerado indivisível, nos termos do inciso II do §3º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de solução tecnológica integrada de controle de acesso e videomonitoramento (CFTV), composta por subsistemas interdependentes que demandam plena compatibilidade, interoperabilidade e funcionamento conjunto. A fragmentação do objeto comprometeria a padronização tecnológica, a integração entre equipamentos e sistemas, bem como a eficiência operacional da solução como um todo.

9. CLÁUSULA NONA - CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

9.1. A Contratada deverá empregar, na execução do serviço, equipamentos e soluções tecnológicas com eficiência energética compatível com padrões reconhecidos de mercado, priorizando, sempre que possível, dispositivos com menor consumo de energia elétrica.

9.2. A Contratada deverá adotar práticas de uso racional de recursos, evitando desperdícios de materiais, insumos e energia durante a instalação, operação e manutenção dos sistemas.

9.3. A Contratada será responsável pela coleta, substituição e destinação ambientalmente adequada de equipamentos, componentes e resíduos eletroeletrônicos eventualmente gerados ao longo da execução contratual, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

9.4. No regime de comodato, a Contratada deverá assegurar o reaproveitamento, a substituição ou o descarte ambientalmente correto dos equipamentos inservíveis, não sendo permitido o abandono ou descarte inadequado de resíduos nas dependências do órgão.

9.5. A Contratada deverá, sempre que tecnicamente viável, priorizar o aproveitamento da infraestrutura existente, minimizando intervenções físicas, obras e alterações estruturais que possam gerar impactos ambientais desnecessários.

9.6. A Contratada deverá observar as normas ambientais aplicáveis e as boas práticas de sustentabilidade reconhecidas no mercado, responsabilizando-se por eventuais danos ambientais decorrentes da execução do contrato.

9.7. O cumprimento das obrigações de sustentabilidade constituirá condição de execução contratual, devendo ser acompanhado pela fiscalização do contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em caso de descumprimento.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - PRAZO DE IMPLANTAÇÃO E LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. O fornecimento dos equipamentos em regime de comodato, bem como a execução dos serviços de instalação, configuração e realização de testes operacionais em todos os prédios do Contratante, deverá ocorrer no prazo de **45 dias**, contados a partir da assinatura do termo de contrato.

10.2. Seguem abaixo os endereços dos imóveis e os tipos de equipamentos a serem disponibilizados em comodato:

Item	Prédio / Endereço	Equipamentos em comodato
1	Prédio Sede Administrativa Rua Prof. Agnelo Bitencourt, nº 126 - Centro	<ul style="list-style-type: none"> • Câmera Dome IP 4mp 20m: 3 unidades • Câmera Bullet IP 4mp 20m: 6 unidades • Câmera Bullet IP 4mp LPR 40m: 3 unidades • Gravador Digital NVR 16 canais: 1 unidade • Conjunto rack aéreo 7U: 1 conjunto • Smartv de 55" 4K: 1 unidade • Switch PoE 16 portas, padrão IEEE 802.3af/at: 1 unidade • Catraca Eletrônica Swing Barrier com leitor facial (LE+M+LD): 1 unidade • Conjunto controlador de acesso: 1 conjunto • Nobreak 1.800 VA: 2 unidades
2	Prédio TCERR + DIPLE Av. Capitão Ene Garcez, nº 554 - Centro Av. Capitão Ene Garcez, nº 548 - Centro	<ul style="list-style-type: none"> • Câmera Dome IP 4mp 20m: 2 unidade • Câmera Bullet IP 4mp 20m: 9 unidades • Câmera Bullet IP 4mp LPR 40m: 1 unidade • Gravador Digital NVR 16 canais: 2 unidades • Conjunto rack aéreo 7U: 2 conjuntos • Smartv de 55" 4K: 2 unidades • Switch PoE 16 portas, padrão IEEE 802.3af/at: 2 unidades • Catraca Eletrônica Swing Barrier com leitor facial (LE+M+LD): 1 unidade • Catraca Eletrônica Swing Barrier com leitor facial (LE+LD): 2 unidades • Conjunto controlador de acesso: 7 conjuntos • Nobreak 1.800 VA: 4 unidades • Conjunto motor eletrônico industrial: 1 conjunto
3	Prédio Presidência Av. Capitão Ene Garcez, nº 510 - Centro	<ul style="list-style-type: none"> • Câmera Dome IP 4mp 20m: 1 unidade • Câmera Bullet IP 4mp 20m: 6 unidades • Gravador Digital NVR 16 canais: 1 unidade • Conjunto rack aéreo 7U: 1 conjunto • Smartv de 55" 4K: 1 unidade • Switch PoE 16 portas, padrão IEEE 802.3af/at: 1 unidade • Catraca Eletrônica Swing Barrier com leitor facial (LE+LD): 1 unidade • Nobreak 1.800 VA: 2 unidades

4	<p style="text-align: center;">Prédio Controle Externo Av. Capitão Júlio Bezerra, nº 516 - Centro</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Câmera Dome IP 4mp 20m: 2 unidades • Câmera Bullet IP 4mp 20m: 13 unidades • Câmera Bullet IP 4mp LPR 40m: 1 unidade • Gravador Digital NVR 16 canais: 1 unidade • Conjunto rack aéreo 7U: 1 unidade • Smartv de 55" 4K: 1 unidade • Switch PoE 16 portas, padrão IEEE 802.3af/at: 1 unidade • Catraca Eletrônica Swing Barrier com leitor facial (LE+LD): 1 unidade • Catraca Eletrônica Swing Barrier com leitor facial (LE+M+LD): 1 unidade • Conjunto controlador de acesso: 3 conjuntos • Nobreak 1.800 VA: 2 unidades • Conjunto motor eletrônico industrial: 1 conjunto
---	--	---

10.3. Os locais de instalação dos equipamentos e sistemas são aqueles indicados nos **projetos executivos** contidos no **Anexo II**, deste termo, podendo ser ajustados de comum acordo, de forma justificada, durante a fase de implantação, mediante anuência da fiscalização do contrato.

10.4. O prazo previsto no **item 10.1** poderá ser prorrogado mediante justificativa.

10.5. O software de controle de acesso para catracas eletrônicas e controladores acesso com identificação facial serão instalados em estações de trabalho disponibilizadas pelo Contratante nas recepções dos prédios indicados no **Anexo II** e serão operacionalizados por servidores treinados.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1. O prazo de vigência do contrato será de **36 meses**, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107, da Lei nº 14.333/2021.

11.2. O pagamento mensal será devido somente após a plena implantação, configuração e início da prestação dos serviços.

11.3. Havendo interesse das partes, a vigência do contrato poderá ser prorrogada condicionada a:

11.3.1. Comprovação de preços e condições vantajosas;

11.3.2. Regularidade fiscal e trabalhista do contratado;

11.3.3. Inexistência de sanção impeditiva do contratado, comprovada por meio de Consulta Consolidada no portal do Tribunal de Contas da União (TCU).

11.4. A vigência contratual tem início a partir da data da última assinatura das partes no termo de contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, onde cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2. As comunicações entre o Contratante e o Contratado que exigirem formalidade de atos deverão ser realizadas sempre por meio eletrônico.

12.3. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por fiscal devidamente designado para esse fim, com atribuições de representar o Contratante no âmbito da execução do contrato.

12.4. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade no cumprimento das cláusulas contratuais, o fiscal emitirá notificações para a correção, determinando prazo para tal ato.

12.5. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando os fatos ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado **mensalmente**, mediante a prestação dos serviços, iniciando-se a contagem do primeiro período após o aceite definitivo da solução, caracterizado pela plena entrada em operação dos equipamentos e sistemas em comodato.

13.2. O **primeiro faturamento** somente será devido após o cumprimento integral do **primeiro ciclo mensal** de prestação dos serviços, condicionada ao ateste do fiscal do contrato quanto à disponibilidade e ao desempenho da solução.

13.3. Para fins de pagamento, a nota fiscal eletrônica será encaminhada pelo Contratado, via *e-mail*, exclusivamente ao fiscal do contrato, cujo endereço eletrônico será repassado oportunamente.

13.4. Seguem abaixo orientações para a emissão da nota fiscal ou documento equivalente para fins de retenção tributária:

13.4.1. A Contratada deverá observar, quando da emissão da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, as disposições da **Instrução Normativa RFB nº 1234/2012**, com as alterações promovidas pela **Instrução Normativa RFB nº 2145/2023**;

13.4.2. As alíquotas dos tributos decorrentes da atividade empresarial da Contratada deverão constar expressamente no corpo da nota fiscal ou documento equivalente, bem como a indicação de eventual hipótese de isenção, imunidade ou não incidência tributária aplicável à operação;

13.4.3. Em razão da extinção do convênio firmado entre o Governo do Estado de Roraima e a União (DOU nº 219, de 22/11/2022 – Seção 3, p. 50), o recolhimento das contribuições relacionados à atividade empresarial (CSLL, COFINS e PIS/PASEP) passa a ser de exclusiva responsabilidade da Contratada;

13.4.4. As notas fiscais emitidas deverão observar as disposições estabelecidas no **Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 1 de 2025**, especialmente quanto ao correto preenchimento dos campos e das informações fiscais relativos aos tributos incidentes sobre a operação.

13.5. Caso o documento fiscal apresentado não esteja em conformidade com a legislação mencionada, ou contenha inconsistências que impeçam seu regular processamento, este será devolvido à Contratada para as devidas correções, ficando o pagamento condicionado à reapresentação da nota fiscal devidamente regularizada.

13.6. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, desde que apresente comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida lei complementar.

13.7. O pagamento ocorrerá em **até 10 dias úteis**, após o atesto da nota fiscal, por meio de ordem bancária para crédito no banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

13.8. Para fins de pagamento, o Contratado deverá estar adimplente com a Fazenda Federal e Municipal, incluindo a regularidade perante a Justiça do Trabalho e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

13.9. Não será aceito como comprovação da regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal a certidão emitida/validada na condição de contribuinte.

13.10. A nota fiscal que for apresentada com erro deverá ser imediatamente substituída, ficando o pagamento suspenso e o prazo para pagamento suspenso até que o Contratado providencie a substituição.

13.11. No preço contratado deverão estar inclusos todos os tributos, taxas, encargos, seguros, fretes e quaisquer outras despesas que incidam sobre o objeto.

13.12. No caso de atraso do pagamento, salvo se por culpa do Contratado, serão devidos pelo Contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples, conforme a seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos. N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438. e VP = Valor do pagamento em atraso.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORMA E CONDIÇÕES DE REAJUSTAMENTO

14.1. Os preços contratados poderão ser **reajustados** após o transcurso de **1 ano**, contados da data do **orçamento estimado de 11/5/2026**, por meio do **Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE**.

14.2. Para o cálculo do índice de reajustamento será adotada a seguinte **fórmula**:

$$IR = (if - ii) / ii$$

Onde:

IR = Índice de Reajustamento.

ii - índice inicial: índice do mês de apresentação da proposta.

if - índice final: índice correspondente a data do reajuste.

14.3. O reajuste de preços deverá ser solicitado formalmente pelo Contratado antes de eventual prorrogação do contrato, decaindo tal direito caso seja firmado termo aditivo prorrogatório sem a devida manifestação quanto ao reajuste.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

15.1. Providenciar, imediatamente após a assinatura do termo de contrato, as tratativas necessárias ao cumprimento célere da obrigação.

15.2. Executar o objeto na forma pactuada, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste termo.

15.3. Prestar a garantia do contrato, conforme **item 19**, deste termo.

15.4. Apresentar em **até 10 dias úteis** da assinatura do contrato, **preposto** e respectivos contatos (telefone celular e e-mail) para representá-lo durante a vigência do contrato.

15.5. Apresentar garantia contratual no prazo informado.

15.6. Informar os canais para a abertura de chamados técnicos de suporte.

15.7. Proceder a retirada ordenada dos equipamentos disponibilizados em comodato no prazo de até 10 dias úteis após a extinção do contrato, mediante liberação do Contratante, podendo optar por disponibilizar, sem custos, a infraestrutura de tubulação e cabeamento.

15.8. Cumprir as diretrizes contidas no termo de sigilo e confidencialidade e proteção de dados pessoais, contido no Anexo III, deste termo.

15.9. Prestar, sempre que solicitado, as informações e orientações operacionais necessárias para a adequada prestação dos serviços;

15.10. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, de seus empregados, independente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

15.11. Não subcontratar o objeto do presente Termo.

15.12. Manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação, devendo comunicar imediatamente ao Contratante a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições, em atendimento ao disposto no art. 92, inciso XVI, da Lei 14.133/2021.

15.13. Manter atualizado os dados inicialmente fornecidos na proposta adjudicada.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

16.1. Efetuar o pagamento no prazo informado neste termo.

16.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

16.3. Verificar o cumprimento das especificações exigidas, podendo rejeitá-las quando não atenderem ao solicitado.

16.4. Prestar toda e qualquer informação necessária à perfeita execução do contrato.

16.5. Documentar as ocorrências imprevistas.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - GARANTIA CONTRATUAL

17.1. Com a finalidade de assegurar a execução do contrato e suprir eventual situação de inadimplência, o Contratado apresentará **garantia contratual** na forma do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em até **30 dias**, após a homologação do certame e antes da assinatura do contrato, no percentual de **5%** do valor da contratação, podendo optar por uma das **modalidades de garantia** abaixo:

17.1.1. **Caução em Dinheiro:** a garantia em dinheiro deverá ser efetuada, obrigatoriamente, em conta específica, em favor do Contratante;

17.1.2. **Títulos da Dívida Pública:** emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

17.1.3. **Seguro Garantia:** será realizado mediante a entrega da apólice, inclusive digital, emitida por empresa em funcionamento no Brasil e devidamente registrada na Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sendo a Contratante o único beneficiário/segurado, observando-se, ainda, as disposições do art. 97 da Lei nº 14.133/2021;

17.1.4. **Fiança Bancária:** mediante entrega de carta de fiança fornecida por estabelecimento bancário, devidamente registrada em cartório de registro de títulos e documentos, conforme determinado no art. 129 da Lei nº 6.015/73. Na Fiança Bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e 835 do Código Civil Brasileiro;

17.1.5. **Título de capitalização** custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

17.2. **A garantia contratual assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:**

17.2.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

17.2.2. Prejuízos causados ao Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

17.2.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo Contratante; e

17.2.4. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza não adimplidas pelo Contratado, conforme a natureza do contrato.

17.3. Os dados do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar no instrumento de garantia ou seguro a ser apresentado pelo garantidor e/ou segurador.

17.4. A garantia contratual terá validade mínima de **90 dias** além da vigência contratual, devendo ser renovada e atualizada no caso de alteração do valor e/ou prorrogação do contrato.

17.5. A garantia contratual será liberada ou restituída somente após a comprovação de que o Contratado cumpriu as obrigações contratuais, em especial as diretrizes de transição contratual previstas no **item 25**, deste termo.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 Comete infração administrativa no âmbito da execução do contrato, nos termos da Lei 14.133/2021, o Contratado que:

18.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

18.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano ao Contratante;

18.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

18.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

18.1.5. prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

18.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

18.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

18.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.

18.2. O Contratado que cometer quaisquer das infrações discriminadas no item 18.1 ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes sanções:

18.2.1 **ADVERTÊNCIA:** no caso de cometimento da infração administrativa prevista no **subitem 18.1.1**, quando **não se justificar** a imposição de penalidade mais grave.

18.2.2. **MULTA:**

- a) de **10%** sobre o valor do contrato no caso de cometimento das infrações administrativas previstas nos **subitens 18.1.1 e 18.1.4.**
- b) de **15%** sobre o valor do contrato no caso de cometimento das infrações administrativas previstas nos **subitens 18.1.2 e 18.1.3.**
- c) de **20%** sobre o valor do contrato no caso de cometimento das infrações administrativas previstas nos **subitens 18.1.5 a 18.1.8.**

18.2.3. **MULTA MORATÓRIA :** de **0,5%** sobre o **valor global da contratação**, por dia de atraso injustificado em iniciar a prestação dos serviços (entregar todos os equipamentos e sistemas funcionando), limitado a **10%**, podendo ser convertida em **multa compensatória** no caso de extinção unilateral do contrato, sem prejuízo da aplicação cumulativa com outras sanções previstas em lei.

18.2.3.1. Não havendo **garantia contratual**, ocorrerá a **retenção preventiva** do **valor presumido da multa moratória** antes da instauração do regular procedimento administrativo.

18.2.3.2. Se a **multa** aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada judicialmente.

18.2.4. **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR:** pelo prazo de **2 anos**, no caso de cometimento das infrações administrativas previstas nos **subitens 18.1.2 e 18.1.3**, e de **6 meses**, no caso de cometimento da infração administrativa previstas no **subitem 18.1.4**, quando **não se justificar** a imposição de penalidade mais grave.

18.2.5. **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE:** pelo prazo de **3 anos**, no caso de cometimento das infrações administrativas previstas nos **subitens 18.1.5 e 18.1.6**, e de **6 anos**, no caso de cometimento da infração administrativa previstas no **subitens 18.1.7 e 18.1.8**, bem como pelo prazo de **3 anos**, no caso de cometimento das infrações **18.1.2 a 18.1.4**, quando **se justificar** a imposição de penalidade mais grave.

18.2.6. As sanções previstas nos **subitens 18.2.1, 18.2.4 e 18.2.5** poderão ser aplicadas **cumulativamente** com a prevista no **subitem 18.2.2.**

18.3. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

18.4. O exercício do direito ao **contraditório** e a **ampla defesa** acerca da imputação das infrações previstas neste item ocorrerá no âmbito do **processo administrativo sancionatório.**

18.5. O **processo administrativo sancionatório** seguirá às disposições da **Resolução nº 02/2024-TCERR-PLENO.**

18.6. No caso de abertura de **processo administrativo sancionatório** destinado a apuração de infrações contratuais e eventual aplicação de sanção administrativa, as comunicações ao Contratado serão realizadas preferencialmente por meio do endereço de correio eletrônico (e-mail) informado na proposta adjudicada ou o constante no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF).

18.6.1. O Contratado deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (e-mail) informado na proposta e no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF), e confirmar o recebimento das mensagens provenientes do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou de eventuais sanções aplicadas.

19. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DIRETRIZES DE TRANSIÇÃO CONTRATUAL**

19.1. Na hipótese de extinção do contrato a Contratada deverá assegurar a continuidade e a integridade das informações armazenadas nos controladores de acesso, catracas e sistemas de videomonitoramento (CFTV), promovendo, sem ônus adicional para o Contratante, a disponibilização integral das gravações e demais dados relacionados ao objeto contratual, em formato aberto, estruturado e interoperável, que permita sua plena utilização pelo Contratante ou por eventual novo contratado.

19.2. A transferência dos dados e gravações deverá observar procedimentos que garantam a integridade, autenticidade, confidencialidade e rastreabilidade dos dados, incluindo a geração de registros de entrega (logs) e a validação pelo Contratante. Os dados deverão ser entregues em mídia adequada ou por meio seguro de transferência eletrônica, conforme definido pelo Contratante, acompanhados da documentação técnica necessária à sua leitura e utilização.

19.3. Após a conclusão da transferência e mediante autorização formal do Contratante, o Contratado deverá proceder à eliminação segura de quaisquer cópias remanescentes sob sua guarda, ressalvadas as hipóteses legais de retenção obrigatória, devendo comprovar a adoção de medidas técnicas e administrativas aptas a assegurar a exclusão definitiva dos dados.

19.4. O processo de transição contratual deverá ser conduzido de modo a não comprometer a continuidade dos serviços nem a segurança das informações, podendo o Contratante estabelecer período de convivência operacional entre a solução contratada e a nova solução, quando necessário, para assegurar a migração adequada dos dados e a manutenção da operação.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

20.1. As partes comprometem-se a observar e cumprir integralmente a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), garantindo a proteção dos direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, especialmente no que se refere ao tratamento de dados pessoais e imagens coletadas pelos sistemas de controle de acesso e Circuito Fechado de Televisão (CFTV), firmando **TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)**, conforme **Anexo III**, deste termo.

20.2. O Contratante figura como **Controlador dos dados**, cabendo-lhe as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais, enquanto o Contratado atuará exclusivamente como **Operador**, limitando-se à execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas, podendo ter acesso eventual a dados pessoais e imagens apenas quando estritamente necessário.

20.3. O acesso a dados pessoais e imagens pelo Contratado deverá ocorrer de forma excepcional, limitada ao mínimo necessário para a execução dos serviços, sendo vedada qualquer forma de tratamento, utilização, cópia, reprodução, retenção ou compartilhamento para finalidade diversa da execução contratual.

20.4. O Contratado obriga-se a assegurar a confidencialidade, integridade e segurança das informações, dados pessoais e imagens a que eventualmente tiver acesso, adotando medidas técnicas e administrativas aptas a prevenir acessos não autorizados, vazamentos, perdas ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

20.5. Sempre que possível, as atividades de manutenção deverão ser realizadas sem acesso ao conteúdo dos dados e imagens, mediante utilização de procedimentos técnicos que preservem a privacidade dos titulares, tais como anonimização, mascaramento ou acesso restrito e supervisionado.

20.6. O acesso do Contratado aos sistemas e bases de dados do Contratante, quando necessário à execução dos serviços, deverá ocorrer de forma controlada e supervisionada, utilizando credenciais individualizadas e com registro das atividades realizadas, observando os mecanismos de segurança e controle de acesso já implementados pelo Contratante.

20.7. O Contratado deverá assegurar que seus colaboradores, prepostos ou prestadores de serviço que venham a ter acesso a dados pessoais e imagens assumam compromisso formal de confidencialidade, sendo integralmente responsável por eventuais violações.

20.8. O Contratado não poderá armazenar, reter, copiar ou manter em seus próprios sistemas quaisquer dados pessoais ou imagens obtidos em razão da execução contratual, salvo quando estritamente necessário para a execução de atividade técnica específica, hipótese em que deverá garantir sua eliminação imediata após a conclusão do serviço.

20.9. O Contratado deverá manter registros das atividades de acesso realizadas no âmbito do contrato, assegurando sua disponibilização ao Contratante para fins de auditoria e fiscalização.

20.10. O Contratado deverá permitir a realização de auditorias pelo Contratante e disponibilizar, sempre que solicitado, informações e documentos que comprovem o cumprimento das obrigações previstas na LGPD e neste instrumento.

20.11. Em caso de incidente de segurança que envolva dados pessoais ou imagens, o Contratado deverá comunicar imediatamente ao fiscal do contrato, contendo, no mínimo:

- a) Identificação do responsável e ponto de contato;
- b) Data, hora, duração e forma de detecção do incidente;
- c) Descrição da natureza do incidente (acesso indevido, vazamento, perda, entre outros);
- d) Indicação das categorias de dados e imagens afetadas e estimativa de titulares envolvidos;
- e) Avaliação das possíveis consequências aos titulares;

f) Medidas adotadas para contenção, mitigação e prevenção de novos incidentes.

20.12. Encerrado o contrato, o Contratado deverá cessar imediatamente qualquer acesso aos sistemas e dados do Contratante, não podendo manter sob sua guarda quaisquer informações, dados pessoais ou imagens obtidos em razão da execução contratual.

20.13. O Contratado responderá integralmente por danos decorrentes de acesso indevido, uso inadequado ou violação de dados pessoais e imagens, inclusive aqueles causados por seus colaboradores, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e legais aplicáveis.

20.14. O eventual acesso a dados biométricos (como reconhecimento facial) deverá observar requisitos de segurança reforçados, sendo expressamente vedada qualquer forma de coleta, armazenamento ou tratamento desses dados pelo Contratado, salvo quando estritamente necessário à manutenção do sistema e mediante autorização formal do Contratante.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da presente contratação correrá por conta da seguinte dotação:

- **Unidade Gestora:** Tribunal de Contas do Estado de Roraima
- **Projeto de Trabalho:** 01.032.002.2012.9900.
- **Fonte (s):** 1500.
- **Natureza da Despesa:** 3.3.90-39 - Outros Serviços de Terceiros PJ.
- **Nota de Empenho:**

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA FORMA DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei 14.133/2021, desde que haja interesse do Contratante e as justificativas adequadas à situação.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA FORMA DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

23.1. A rescisão do contrato ocorrerá motivadamente e com fundamento no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, e se dará com observância nos artigos 138 e 139 da mesma norma.

23.1.1. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da Contratada, o Contratante poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

23.2. No procedimento de rescisão contratual, será assegurado o contraditório e a ampla defesa à Contratada, que após formalmente intimada, terá o prazo decadencial de 15 dias úteis para manifestação.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO AMPARO LEGAL

O presente contrato é regido pela Lei nº 14.133/2021 e tudo o que consta nos autos do Processo SEI 001623/2026.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Boa Vista como competente para dirimir dúvidas decorrentes deste contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

AMÉLIO VALMIR MARTINI MACHADO
Diretor de Gestão Administrativa e Financeira
Representante do Contratante

(Inserir Nome)
(inserir cargo)
(Nome da Empresa)
Representante da Contratada

27. ANEXOS

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA TÉCNICA

AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RORAIMA

Processo nº Edital nº

A empresa [NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ nº [número], com sede à [endereço completo], neste ato representada por [nome do representante legal], CPF nº [número], **DECLARA**, para os devidos fins, que:

1. Optou por não realizar a vistoria técnica facultativa, prevista no edital, por decisão própria, assumindo integralmente os riscos decorrentes dessa opção, nos termos do art. 63, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

2. Possui pleno conhecimento das condições gerais e específicas dos locais de execução, incluindo todos os aspectos relevantes à implantação, configuração e operação dos equipamentos que compõem a solução de controle de acesso e monitoramento contratados em comodato.

3. Declara que considerou, para fins de elaboração de sua proposta, todos os fatores técnicos e operacionais, incluindo, mas não se limitando a:

- Infraestrutura física existente do Contratante;
- Disponibilidade e condições de rede lógica e conectividade do Contratante;
- Condições de fornecimento de energia elétrica, aterramento e proteção;
- Distâncias, pontos de instalação e eventuais pontos cegos;
- Interferências físicas e eletromagnéticas;
- Condições de acesso, segurança e logística de instalação e manutenção.

4. Declara que obteve por meios próprios todas as informações necessárias à correta formação de sua proposta, tendo analisado integralmente o edital e seus anexos técnicos.

5. Afirma que sua proposta contempla todos os custos, tributos, encargos e riscos, diretos e indiretos, necessários à execução efetiva do objeto, incluindo eventuais adaptações de infraestrutura, ajustes técnicos e dificuldades previsíveis.

6. Renuncia expressamente, de forma irrevogável e irretratável, ao direito de alegar, em qualquer fase da licitação ou da execução contratual:

- O desconhecimento das condições dos locais onde serão prestados os serviços;
- A insuficiência ou imprecisão de informações que poderiam ser verificadas por vistoria;
- As dificuldades técnicas ou operacionais previsíveis, como fundamento para pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro, aditivos contratuais, prorrogações de prazo ou qualquer excludente de responsabilidade.

7. Reconhece que a não realização da vistoria não exime a empresa de cumprir integralmente todas as obrigações contratuais, responsabilizando-se pela perfeita instalação, funcionamento e desempenho dos equipamentos e sistemas contratados em comodato.

8. Compromete-se a executar os serviços em estrita conformidade com o edital, contrato e legislação aplicável, especialmente a Lei nº 14.133/2021, garantindo a plena operacionalidade dos equipamentos e sistemas contratados em comodato.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração para todos os efeitos legais.

[Local] [Data]

ANEXO II

PROJETOS EXECUTIVOS

Compõem o objeto deste termo os seguintes projetos:

1. **Planta 1/3** - Prédio Sede Administrativa - Térreo e 1º Piso;
2. **Planta 2/3** - Prédio TCERR e CARTÓRIO/DIPLE - Térreo e 1º Piso;
3. **Planta 3/3** - Controle Externo e Presidência.

ANEXO III

TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Pelo presente instrumento, de um lado, o **TRIBUNAL DE CONTAS DE RORAIMA**, como Contratante e, de outro, a **[NOME DA EMPRESAS]**, CNPJ **[000.000.000/0000-00]**, como Contratado, por si e por seus empregados, prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, resolvem firmar o presente termo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto estabelecer as regras de proteção, confidencialidade, uso e tratamento de informações, dados pessoais e imagens a que o Contratado venha a ter acesso em razão da execução dos serviços de manutenção de sistemas de controle de acesso e Circuito Fechado de Televisão (CFTV).

2. DEFINIÇÕES

2.1. Para fins deste termo, aplicam-se as definições constantes da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), especialmente:

- a) **Dado pessoal:** informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;
- b) **Dado pessoal sensível:** dado sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, dado biométrico, entre outros;
- c) **Controlador:** pessoa jurídica a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;
- d) **Operador:** pessoa jurídica que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;
- e) **Tratamento:** toda operação realizada com dados pessoais, como acesso, coleta, uso, armazenamento, entre outros.

3. CONDIÇÃO DAS PARTES

3.1. O Contratante atuará como **Controlador** dos dados pessoais, enquanto o Contratado atuará como **Operador**, limitando-se ao tratamento de dados estritamente necessário à execução contratual.

4. OBRIGAÇÕES DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

4.1. O Contratado obriga-se a manter absoluto sigilo sobre todas as informações, dados pessoais, imagens e bases de dados a que tiver acesso, direta ou indiretamente, em razão da execução contratual.

4.2. É vedado ao Contratado colher, divulgar, reproduzir, utilizar, compartilhar ou dar conhecimento a terceiros das informações obtidas, salvo mediante autorização expressa do Contratante ou por obrigação legal.

4.3. O dever de sigilo subsistirá mesmo após o encerramento do contrato, por prazo indeterminado.

5. LIMITAÇÃO DE USO DAS INFORMAÇÕES

5.1. O Contratado compromete-se a utilizar os dados pessoais e imagens exclusivamente para a execução dos serviços contratados, sendo vedado seu uso para qualquer outra finalidade.

5.2. O acesso aos dados deverá ocorrer apenas quando estritamente necessário, devendo ser evitado sempre que possível por meio de procedimentos técnicos que preservem a privacidade.

6. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

6.1. O Contratado deverá adotar medidas técnicas e administrativas adequadas para proteger os dados pessoais e imagens que eventualmente tenha acesso contra acessos não autorizados, vazamentos, perda, alteração ou qualquer forma de tratamento inadequado.

6.2. O acesso aos sistemas implantados deverá ocorrer de forma controlada, com credenciais individualizadas e rastreabilidade das ações realizadas.

7. RESPONSABILIDADE POR TERCEIROS

7.1. O Contratado é responsável por assegurar que seus empregados, colaboradores e prestadores de serviço cumpram integralmente as obrigações deste termo.

7.2. Todos os envolvidos deverão firmar compromisso individual de confidencialidade.

8. VEDAÇÃO DE ARMAZENAMENTO INDEVIDO

8.1. O Contratado não poderá armazenar, reter ou manter cópias de dados pessoais ou imagens fora dos sistemas do Contratante.

8.2. Caso haja necessidade técnica temporária de retenção, os dados deverão ser eliminados imediatamente após a conclusão da atividade.

9. INCIDENTES DE SEGURANÇA

9.1. O Contratado deverá comunicar imediatamente ao Contratante qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais ou imagens.

9.2. A comunicação deverá conter, no mínimo:

- a) Descrição do incidente;
- b) Data e hora da ocorrência;
- c) Dados afetados;
- d) Medidas adotadas;
- e) Possíveis impactos.

10. AUDITORIA E COMPROVAÇÃO

10.1. O Contratado deverá disponibilizar ao Contratante, sempre que solicitado, informações e documentos que comprovem o cumprimento das obrigações previstas neste termo.

10.2. O Contratante poderá realizar auditorias para verificação da conformidade com a LGPD.

11. ENCERRAMENTO DO TRATAMENTO

11.1. Encerrado o contrato, o Contratado deverá cessar imediatamente qualquer acesso aos dados pessoais e imagens.

11.2. Fica vedada a manutenção de quaisquer dados eventualmente sob sua guarda após o término da relação contratual.

12. RESPONSABILIDADES E SANÇÕES

12.1. O Contratado responderá integralmente por danos decorrentes do tratamento inadequado ou ilícito de dados pessoais e imagens que eventualmente tiver acesso em razão da relação contratual.

12.2. O descumprimento das obrigações previstas neste termo poderá ensejar a aplicação de sanções administrativas, civis e legais cabíveis.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Este termo integra para todos os fins o contrato administrativo celebrado entre as partes.

13.2. Aplicam-se subsidiariamente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e demais normas pertinentes, no que couber.

Boa Vista/RR, ... de de 2026

<p>[Nome do representante legal]</p> <p>Diretor de Gestão Administrativa e Financeira Tribunal de Contas de Roraima</p>	<p>[Nome do representante legal]</p> <p>Sócio-Administrador [Razão Social do Contratado]</p>
--	---



Documento assinado eletronicamente por **AMELIO VALMIR MARTINI MACHADO, Diretor(a)**, em 20/05/2026, às 10:37, conforme horário oficial de Roraima, com fundamento na Resolução TCE/RR nº 06/2018, Portaria da Presidência-TCE/RR nº 744/2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tcerr.tc.br/autenticar>, informando o código verificador **1233480** e o código CRC **73BDFD1A**.

Referência: Processo nº 001623/2026

SEI nº 1233480